



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

ATA	
Assunto Geral:	2ª Rodada de Audiências Públicas da Revisão do Plano Diretor Participativo
Data:	19/02/19
Horário:	19:39h às 00:08h
Local:	Teatro Banzeiros
Coordenador:	Raísa Tavares Thomaz
Objetivo:	Apresentação das Diretrizes e Propostas Preliminares – Fase 3
Participantes:	Conforme Lista de Presença
Assuntos tratados:	
<ul style="list-style-type: none">– Apresentação das Diretrizes e Propostas Preliminares;– Manifestação da população – contribuições e questionamentos apresentados;– Respostas dos questionamentos e demais demandas.	
<p>Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às dezenove horas e trinta e nove minutos, foi iniciada a Audiência Pública no Distrito Sede de Porto Velho referente a 2ª Rodada de Audiências Públicas da Revisão do Plano Diretor Participativo, no Teatro Banzeiros localizado na Rua José do Patrocínio, nº 258, Centro, sob a coordenação da representante da Equipe Técnica municipal – ETM/SEMPOG, Raísa Tavares Thomaz, mediação do secretário executivo do Conselho municipal da Cidade – CONCIDADE Emanuel Pontes Meirelles, colaboração dos servidores da Prefeitura de Porto Velho: Raymundo José Fraga Júnior, Camila Fávero Loss, Síntya Franciane Lopes Santos, Iasmin de Magalhães, Matheus das Neves Moura (SEMPOG), Wellington Correia da Cunha (SEMA), Massimo Araújo Lima Lucas (SEMASF), Stephanny Alpire Germano, Diogo Henrique Costa Fonseca, Fernanda Rocha Pinheiro, Janeide Muniz Lobato de Freitas, Jairo Marques Lopes, Janeide Freitas (SEMUR), José Liberato dos Santos Neto (SEMTRAN) Hueliton Mendes Rodrigues (SEMFAZ), Jane Carvalho Cardoso (SEMUSA), Maiara Márjore Rocha Peres Marini (EMDUR), dos estagiários da SEMPOG, Thaís Agostini Neves e João Gabriel Ribeiro Costa, dos conselheiros do Conselho municipal da Cidade – CONCIDADE, Divorzi Xavier do Carmo, Antônio Lopes Balau Filho, Carolina de Holanda, José Denivaldo Santos de Oliveira e Eliel Ferreira Cunha e os representantes do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, Henrique Barandier, Luciana Hamada, Lincon Botelho da Cunha e Israel Brasil Ribeiro. 1. Abertura: O Mestre de Cerimônia do Município Sr. Frota Neto, iniciou a audiência pública cumprimentando a todos os presentes, convidando as autoridades para composição do dispositivo: o secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG Sr. Luiz Guilherme Erse da Silva; o secretário Adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG Sr. José Cantídio Pinto; o vereador Sr. Aleks Palitot; o representante do Conselho da Cidade – CONCIDADE Conselheiro Sr. Antônio Lopes Balau Filho; a representante da Equipe Técnica Municipal – ETM Arquiteta Srta.</p>	



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

Raísa Tavares Thomaz; o representante do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, Arquiteto e Coordenador Técnico Sr. Henrique Barandier. Em seguida o Mestre de Cerimônia registrou e agradeceu a presença das autoridades: a presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/RO, Sra. Cristina Barretos; o representante do São Domingos, Sr. Antônio Aparecido; o representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia (SINDUSCON/RO), Sr. Emerson Fidel; o representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Sr. José Márcio da Silva; o representante da Defensoria Pública, Sr. Fabio Roberto de Oliveira; o representante a Associação de Moradores do Maravilha, Sr. Josenir Lopes; o representante do UAP Universitário Sr. Rômulo Ferreira; o representante da SINDUSCON Sr. Marcos Antônio Pires da Silva; a representante da União Sra. Simone Freitas de Menezes; o Subsecretário da Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB), Sr. Wellem Antônio Prestes Campos; o Secretário Adjunto da Secretaria Geral de Governo (SGG), Sr. Basílio Leandro de Oliveira; a representante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Sra. Lady Day Pereira de Souza; o Presidente do Conselho Regional de Administração de Rondônia (CRA/RO), o Sr. Marcos Tadanori Ito; a representante do Coletivo Popular Direito a Cidade, Sra. Valdirene de Oliveira; o representante do Instituto Desenvolvimento Sustentável e Cidadania, Sr. Edsom Lustosa; o Diretor Nacional da Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM, Sr. Washington Vieira; o representante do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia (CRC/RO), Sr. Agno Roberto Monteiro Pereira; o Presidente da TV Comunitária, Sr. Humberto Banchieri; o representante da Fecomercio/RO, Sr. Hélio Natori; o representante da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC) Sr. Davi Baroni de Souza; o representante do Sindicato dos Urbanitários (SINDUR), Sra. Luzanira Moraes de Souza; a representante da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), Professora Maria Conceição Alves; a representante da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS), Sra. Itelvina Rocha; o representante de Delegacia de Polícia Civil Delegado Márcio Maia; a Secretária Adjunta da Secretaria de Administração (SEMAD), Sra. Ana Claudia Geraldine Magalhães; a representante da Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (SOPH), Sra. Cristina Lima; a representante da Infraero Aeroportos, Sra. Fabiana Oliveira; a representante do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Dra. Ana Cristina Santos Strava Correa; a representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Sra. Rosana Magalhães; a Vereadora Cristiane Lopes, o Secretário Municipal de Integração Sr. Robson Damasceno Silva Júnior; o Vice-Presidente dos Ferroviários Sr. Jorge Perez. **2. Falas das Autoridades:** Em seguida,



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

o Mestre de Cerimônia do Município convidou para fazer o uso da palavra o **Sr. Antônio Lopes Balau (CONCIDADE)**: “Cumprimento a todos, mostro a minha satisfação ao ver a participação da comunidade nesta Audiência, que é um espaço separado para ouvir a população, observar as demandas. O Conselho iniciou há muito tempo a preparação para o momento, capacitando os componentes do Conselho, participando de Oficinas, fazendo Seminários, de tal forma que todos tivessem acesso à informação e entendimento do que está sendo realizado nesta noite. Acrescento ainda que a forma com que foi feito pode-se perceber a qualidade que foi trazida para a defesa da cidadania. Na oportunidade agradeço a todos”. Posteriormente, o Mestre de Cerimônia convidou para fazer o uso da palavra o **Vereador Aleks Palitot**: “Eu, através de uma mulher, Srta. Raísa Tavares, saúdo a todos os presentes e destaco a competência e sapiência da Arquiteta, Ela e toda a equipe merecem todos os elogios possíveis pela qualidade do trabalho. Aproveito para ‘puxar a orelha’ da Câmara pela falta de participação, e ressalto que aqui temos a participação de apenas dois vereadores, eu Aleks Palitot e a Vereadora Cristiane Lopes. Exponho minha satisfação com o processo realizado pela equipe, que percorreu todos os distritos (da Ponta do Abunã até o Baixo Madeira) e os bairros do Município para ouvir e organizar as demandas dos moradores, que são muitas. Cito especificamente os problemas do Distrito Sede e Baixo Madeira onde pela manhã discutimos com a SEMTRAN e SEMED sobre o transporte coletivo e transporte escolar (inclusive do Baixo Madeira), e ainda precisamos discutir a ocupação da Margem Esquerda do Rio. Madeira. Aproveito a oportunidade como cidadão para reivindicar algumas demandas, dentre elas pedir ao Secretário de Planejamento para repensar o veto do nosso Projeto do IPTU Verde que já foi aprovado na Câmara. Estamos na Amazônia e não temos uma cidade arborizada, não temos ciclovias, ciclofaixas, não temos calçadas arborizadas. Também queríamos que olhasse com a atenção para a Lei de Tombamento Patrimonial, nós temos um centro abandonado, praças abandonadas e ocupadas irregularmente, a falta de saneamento básico, enfim, existe uma série de demandas. A gente está aqui para discutir Porto Velho para os próximos dez anos, mas deixo aqui minhas solicitações. Parabenizo e agradeço a todos que vieram e preencheram esse auditório”. Na sequência, o Mestre de Cerimônia passou a palavra para o **Representante do IBAM Henrique Barandier**: “Boa noite a todos! Bom, na verdade o meu papel hoje aqui é de contribuir para a apresentação do documento que é objeto dessa Audiência Pública. Gostaria de fazer um pequeno reparo que a minha função é de Coordenador Técnico do IBAM que presta assessoria técnica para a ETM (Equipe Técnica Municipal) nesta Revisão, mas quem coordena é o executivo municipal, juntamente com o protagonismo de técnicos da Prefeitura e sob a liderança da arquiteta Srta. Raísa



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Tavares e do Conselho da Cidade - CONCIDADE. Espero hoje poder conversar com vocês sobre o que nós conseguimos avançar até o momento, por se tratar de uma Audiência Pública que está discutindo um documento de Propostas Preliminares, ainda temos aí um caminho pela frente até chegar nas Minutas de Anteprojeto de Lei. Cumprimento a todos”. Após, a palavra foi repassada pelo Mestre de Cerimônia ao **Secretario Sr. Luiz Guilherme Erse da Silva (SEMPOG)**: “Boa noite a todos! Embora sendo Secretário de Planejamento, para mim é sempre muito difícil representar o Prefeito, porque certamente ele teria muito o que falar, e muita competência e responsabilidade neste momento. Quero cumprimentar a todos da mesa, a Consultoria aqui presente, que foram verdadeiros condutores para esse trabalho. Me dirijo agora à sociedade aqui presente, aos professores e alunos, aos representantes da sociedade organizada, aos meus amigos Secretários aqui presentes, eu saúdo a todos. Agradeço também aos colaboradores da SEMPOG aqui presentes que de maneira direta contribuem como sociedade. Também a trazer aqui um pensamento no sentido de como podemos melhor escrever a estrutura de um Plano Diretor para o Município de Porto Velho. Nós estamos fechando praticamente um ano de consultoria/serviço, e neste momento um auditório tão representativo, certamente contribuirá de maneira decisiva para apresentar demandas nos diversos segmentos da sociedade nesse processo, para que nós possamos escrever um plano efetivo, priorizando numa organização progressiva, com objetivo de devolver a sociedade seus anseios mais imediatos. Aqui ainda é uma cidade maravilhosa, onde se consegue ‘extrair o mel’ para sobrevivência de todos nós. Nesse momento em nome do Prefeito agradeço muitíssimo a presença de todos, porque sabemos o que significa a espontaneidade de estarem aqui nesse horário. Muitos deixaram sua faculdade, sua família, para vir expor suas intenções, para que possamos juntamente com a Consultoria escrever o melhor Plano Diretor para a cidade de Porto Velho. Muito boa noite e muito obrigado!”. **3. Introdução:** Na sequência, o Mestre de Cerimônia do desfez o dispositivo. Ele relatou brevemente que o Município de Porto Velho está em processo de Revisão do seu Plano Diretor. Em seguida citou que essa revisão é amparada pela Lei federal 10257 de 2001 conhecida com Estatuto da Cidade, que estabelece no artigo 40, parágrafo 3º, a necessidade de revisão sistemática do Plano Diretor. Na oportunidade ressaltou a obrigatoriedade da participação da comunidade neste processo e explicou sucintamente do que se trata a Revisão do Plano Diretor Participativo de Porto Velho. Apresentou a temática da Audiência Pública, que se trata da apresentação do documento denominado “Diretrizes e Propostas Preliminares (Produto 4)”, o qual pertence à Fase 3 da Revisão do Plano Diretor - Diretrizes e Propostas para uma cidade sustentável. Ressaltou que a Audiência Pública é o espaço de discussão dos resultados obtidos até o



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

momento, em conjunto as representações da sociedade civil, movimentos sociais, técnicos, acadêmicos, representantes de unidades de governos, de conselhos afins às políticas públicas envolvidas, demais atores interessados em apreciar e se manifestar e a população de todo o território de Porto Velho. Na oportunidade, mencionou que a Audiência Pública tem por finalidade, apresentar à comunidade a visão ainda preliminar da administração sobre a situação atual da cidade de Porto Velho, dos Distritos e de todo território municipal, bem como para definição de estratégias e diretrizes de enfrentamento pelo Plano Diretor. Falou que a Audiência também tem como objetivo submeter à apreciação dos participantes, a definição de diretrizes de reordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e soluções específicas, para garantir os direitos a cidade sustentável, considerando as leituras técnicas e comunitárias. Ele informou que deveriam ser realizados o registro da presença de todos, assinando a lista de presença na recepção e que poderiam ser realizados registros audiovisuais pelos participantes e que a mesma estava sendo gravada pelo Município por determinação da lei da transparência, e também, com o propósito de composição do material da participação e divulgação das atividades. Apresentou o documento base para a discussão da Audiência (Produto 4), citando que está disponível para consulta no site eletrônico do Plano Diretor (<https://planodiretor.portovelho.ro.gov.br/>) desde a publicação do edital de convocação para as Audiências e em meio físico na SEMPOG. Ele ressaltou que quaisquer dúvidas, questões ou solicitação de informações podem ser feitas diretamente na SEMPOG ou pelo endereço eletrônico (planodiretorpvh2018@gmail.com). Na oportunidade, passou a palavra para o Mediador Secretário Executivo do CONCIDADE Sr. Emanuel Meirelles, para dar orientações referentes à Audiência Pública. O Mediador cumprimentou a todos, frisando a importância da participação crítica e qualificada na Audiência Pública. Em seguida colocou algumas orientações aos participantes explicando como a mesma ocorreria: **“1.** A presente Audiência Pública serve como orientação à Resolução número vinte e cinco do Conselho Nacional da Cidade que emiti orientações, recomendações, para que os municípios elaborem os Planos Diretores Participativos nos termos que foi disposto no artigo 40, parágrafo 4º, do Estatuto da Cidade, disciplinando a utilização dos instrumentos de participação popular previstos neste artigo da Lei Federal. **2.** Para lembrar e reforçar, o objetivo da Audiência Pública é informar e colher subsídios e analisar o documento Produto 4 - Diretrizes e Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho. **3.** A metodologia de trabalho contará com quatro momentos: 1. Exposição da síntese do documento Produto 4 - Diretrizes e Propostas Preliminares. 2. Abertura de discussão para participação por meio de intervenção oral (microfone). Serão três



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

blocos de cinco intervenções de no máximo três minutos cada intervenção, mais um bloco de intervenção escrita por meio de fichas específicas, que podem ser solicitadas a qualquer um de nossos colaboradores. 3. Considerações da Equipe Técnica e/ou Consultoria do IBAM. 4. Informes e encerramento. 4. No momento da intervenção oral ou escrita, para o registro das contribuições o participante deverá se identificar com seu nome organização e/ou bairro. Para otimizar o tempo das intervenções recomenda-se que o inscrito se posicione próximo ao palco. Os primeiros cinco inscritos vão para essas cadeiras que estão no palco e assim, igualmente, acontecerá nos outros blocos. 5. A Coordenação dos trabalhos reserva-se o direito de não comentar as intervenções que não tenham relação com o tema e objetivo da presente Audiência Pública. Então, essas são as orientações específicas do processo de debate. A princípio, esses informes nós podemos estender, observando o tempo hábil de três horas de Audiência Pública. Começamos em torno de dezenove horas e trinta minutos, então vinte duas horas e trinta minutos nós precisamos encerrar essa Audiência Pública. Muito obrigado!”. Passou a palavra para o Mestre de Cerimônia que convidou a Representante da ETM, Arquiteta Raísa Tavares Thomaz para iniciar a apresentação. 4. **Apresentação:** A Representante da ETM cumprimentou a todos, chamando atenção de todos à faixa trazida pelos moradores da Vila Princesa e fazendo a leitura da mesma, onde estava escrito “Vila Princesa – SOS – Governo”. Informou que foram realizadas duas Oficinas de Leitura Comunitária na Vila Princesa e que foi excelente a participação da comunidade. Na sequência, ela explicou sobre o documento Produto 4, que ocorreria a apresentação das Propostas e Diretrizes Preliminares. Informou que a equipe disponibilizou esse documento no site do Plano Diretor e questionou a quem estava ali presente, se havia conseguido ler o documento. Ela relatou o início do processo, explicou as fases da Revisão do Plano Diretor que já foram realizadas a 1ª: Mobilização; a 2ª: Diagnóstico e esta seria a 3ª: Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável. Explicou que quando se fala de uma Cidade Sustentável, não se trata só da questão ambiental mas sim do equilíbrio entre o social, ambiental e econômico. Em seguida, explanou sobre a próxima fase que ainda será realizada, a 4ª: Plano de Ação e Institucionalização do Plano Diretor e sobre a Conferência Municipal que ocorrerá antes das minutas dos Anteprojetos de Leis irem para a Câmara. Na oportunidade, ela mostrou a participação social através de fotos e quantitativos das reuniões feitas até à elaboração do Produto 4, explicando que os números apresentados de atividades e de participantes, devido à realização da 2ª Rodada de Audiências já haviam aumentado significativamente. Ela seguiu expondo os maiores problemas levantados pela comunidade nas reuniões que foram realizadas, tais como: áreas de lazer, segurança, saúde,



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

drenagem, pavimentação, educação, regularização fundiária, entre outros, colocados como os grandes desafios. A representante da ETM convidou o representante do IBAM, com quem dividiu a apresentação, ele deu continuidade à exposição. Ele falou que queria compartilhar com a população algumas visões, algumas estratégias para a estruturação dessa Revisão do Plano Diretor. Ele explicou que o objetivo maior do projeto é trazer um conjunto de propostas de leis que ‘caminham junto’ com o Plano Diretor (Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Código de Obras e Edificações), que são leis previstas na Constituição Brasileira, tornando-se obrigatórias. Mencionou que é o Plano Diretor que vai orientar a compreensão do que no Município deve se materializar, o que é chamado de função social da cidade, ou seja, como a cidade e a propriedade urbana deve permitir/garantir a qualidade de vida para com os habitantes. Falou sobre o Estatuto das Cidades (Lei Federal) que estabelece uma série de diretrizes para o desenvolvimento urbano. Disse que essas leis orientam todo um processo de licenciamento, construções e fiscalização, e desdobra toda a estrutura de gestão urbana e territorial. Acrescentou ainda que a partir do Plano Diretor, outros mecanismos podem e precisam ser concebidos, tais como: o Sistema de Planejamento e Gestão, alguns Instrumentos Reguladores e os Planos Setoriais (Ex.: Mobilidade, Saneamento e Educação) que ‘caminham junto’ ao Plano Diretor. Falou da dificuldade da grande extensão do Município, da região amazônica que apresenta relevância local, estadual, nacional e internacional. Ele continuou expondo os maiores desafios encontrados ao longo deste trabalho de Revisão do Plano Diretor, que permeiam todo o território do Município, apresentando mapas que elucidam essas informações: O avanço do desmatamento; Impactos de grandes projetos econômicos (Ex.: Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Usinas e Portochoello); Desafios na escala da área urbana do Distrito Sede (Situação Fundiária, Precariedade da Infraestrutura de Saneamento e Dispersão da Urbanização e Reprodução de Condomínios Horizontais Fechados. Sobre a reprodução de condomínios, ressaltou que acontece no Município, em larga escala, e que a justaposição que tem como resultado uma cidade perigosa, com ‘rua que sobrou e sem ninguém’, que cidade que está se enclausurando e que é uma questão que a cidade precisa discutir. Na sequência, ele explanou sobre as propostas preliminares construídas para lidar com os grandes desafios de Porto Velho: Cidade com a floresta e as águas (Desmatamento Ilegal Zero; Incentivo a agricultura familiar e ao extrativismo – citou o Projeto Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (RECA), desenvolvido no Distrito de Nova Califórnia e que tem se tornado exemplo de projeto sustentável de sucesso no Brasil e Mundo. Disse que o Plano pretende espelhar essa iniciativa para desenvolver ações neste sentido nos demais distritos;



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

Valorização do rio; Proteção dos igarapés e Ampliação da arborização urbana; Controle da dispersão urbana (Lotes vazios e terrenos que precisam ser ocupados; Organização do espaço público e qualificação do espaço existente); Pertencimento e identidade (Reconhecer o que é Patrimônio Histórico e qualificação do espaço urbano); Modernização da gestão pública (Sistema de informações e implementação do Plano Diretor); Presença do Setor Público nos distritos: Compreender como o núcleo urbano se formou e promover melhores condições urbanas e ambientais; Delimitação do núcleos urbanos; Reconhecimento de padrões locais e definição regras básicas e Assistência Técnica: melhorias habitacionais e redução de riscos. Posteriormente, o Representante do IBAM falou sobre o Macrozoneamento Municipal, explicando que se trata de uma ferramenta utilizada para definir as regiões do Município e determinar quais áreas podem ser urbanizadas e quais áreas devem ser preservadas/conservadas. Ele seguiu abordando os fatores que precisam ser levados em consideração (condicionantes) para a elaboração do Macrozoneamento, os quais são: A Hidrografia e Massas de Água; Ferrovia e Rodovia; Núcleos Urbanos dos Distritos e Distrito Sede; Localidades; Unidades de Conservação e Terras Indígenas; Áreas de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (ZSEE E CAR); Áreas com Potencial Social e Aptidão Agrícola (ZSEE); Assentamentos Rurais (INCRA); Localização das Usinas e Portochoello. Após, o Representante do IBAM explicou sobre a importância da revisão do Zoneamento Urbano (dentro da área do Distrito Sede), o qual também apresenta várias condicionantes, como: Regulação de Uso e Ocupação do Solo; Perímetro Urbano; Zona de Interesse Histórico; Zona Portuária; Zona Aeroporto; Zonas Especial de Interesse Social – ZEIS; Margem Esquerda; Zona de Proteção dos Igarapés; Zona Chacareira; Distrito Industrial; Hierarquia Viária; Coeficientes de Aproveitamento. Posteriormente, ele abordou sobre a revisão do Código de Obras e Edificações – COE e da Reestruturação no CONCIDADE. Informou que a próxima etapa de trabalho seria entrega do Produto 5, que se trata da consolidação das Diretrizes e Propostas. Ele apresentou os meios (*site*, *e-mail*, telefone e redes sociais) que a comunidade pode utilizar para entrar em contato com a ETM, para qualquer questionamento ou contribuição que venha a surgir. **5. Fala do Prefeito:** Na sequência o Mestre de Cerimônia, antes de abrir espaço para as manifestações da população, registrou a presença do Excelentíssimo Prefeito Dr. Hildon Chaves, o convidando para fazer uso da palavra. Com a palavra o Prefeito Hildon Chaves disse: “Boa noite a todos! Nós estamos acompanhando essa questão do planejamento a bastante tempo. Nós temos problemas estruturais gravíssimos em Porto Velho, justamente pela falta de planejamento e pela falta de participação da sociedade. Eu confesso a vocês que estou surpreso com esse comparecimento em massa, nessa



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

noite de terça-feira para tratar de um assunto como esse. Parabéns a todos vocês, eu agradeço a participação e ressalto a importância dessa participação, porque vocês são os guardiões desse planejamento. Isso já deve ter sido falado aqui, mas o quadrilátero central, que é a área mais adensada da nossa cidade de Porto Velho, compreendendo a Imigrantes até a Rio de Janeiro, até a Guaporé e o Rio Madeira ‘pra cá’. Este quadrilátero tem um milhão de metros quadrados de vazios urbanos. Nós estamos falando de cem hectares. O tamanho de uma fazenda, somente nesta parte da cidade que é a mais adensada. A falta do planejamento adequado e da implementação da política pública necessária, dificulta muito a gestão de Porto Velho para qualquer prefeito. Quando nós temos os vazios urbanos... Lembrando que no levantamento recente que fizemos, trinta e oito mil imóveis em Porto Velho não estão registrados para efeito de IPTU, e a cidade inteira ‘paga essa conta’. Nós estamos falando de um milhão de metros quadrados de vazios urbanos. Quando este vazio urbano, que é o terreno sem ocupação, isso vai ‘empurrando a cidade’ para cada vez mais longe. Nós temos problemas enormes pela falta do planejamento considerando o seguinte: as cidades mais desenvolvidas, primeiro elas planejam e promovem a expansão dentro do rumo daquilo que foi planejado. Nós estamos sempre vários passos atrás. As invasões transformaram boa parte da nossa cidade, num problema tremendo. Quando se ‘pega’ a Pinheiro Machado, até pouco depois da Jorge Teixeira, ela estreita. Não se preservou a caixa viária daquela via importante. Esse é um dos maiores problemas que nós temos. Avenida Rio de Janeiro, nós temos um projeto de asfaltamento da Rio de Janeiro até o Orgulho do Madeira, mas a caixa viária está estreitada. Asfaltando ‘aquilo lá’, ‘mal-e-mal’ vai um carro e vem outro. Nós temos que nos socorrer do binário da outra avenida. Então são duas que nós temos que asfaltar, para poder fazer aquela ligação. Você ‘pega’ a Sete de Setembro, a mesma coisa. Todas as nossas principais vias nesse sentido Rio Madeira sentido sul, estão estreitadas. É essa a questão. Eu ‘tô’ falando isso e ficaria falando a noite inteira, não é essa ideia, é só um ‘boa noite’ mesmo. Mas essa falta de planejamento, então vocês são guardiões disso que está sendo construído com a sociedade. Nós fizemos treze reuniões nos distritos. Está é a segunda reunião aqui em Porto Velho. E repito mais uma vez, parabéns pela participação, isso é interesse de todos. Da forma como nós temos a nossa cidade hoje, prefeito nenhum em quatro anos consegue resolver os nossos problemas, que são enormes. Ônibus é um deles, que nós herdamos. Herdamos muitos problemas. Agora no próximo dia vinte e cinco, nós devemos publicar o edital de licitação e que já devia ter sido feito desde dois mil e treze, dois mil e quatorze, mas nós estamos licitando. É um trabalho complexo, é um trabalho difícil, mas nós estamos fazendo tudo que é possível para resolver. Nós temos que encarar os



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

nossos problemas de vez, de frente, ‘olho no olho’. Eu tenho dito que sempre tenho estado em contato com a população de Porto Velho. Expondo pelas redes sociais, etc. as dificuldades, aquilo que pode ser feito, o que não pode ser feito e o porquê. Questão do ônibus é. Nós criamos muitas gratuidades ao longo dos anos. Isto praticamente inviabilizou o sistema. Na cidade de São Paulo, a Prefeitura subsidia. A passagem em São Paulo são mais ou menos seis reais. A população paga quatro e a Prefeitura de São Paulo paga dois reais. Ideologicamente eu sou contra este tipo de subsídio, porque eu entendo que inibe a ineficiência do prestador de serviço. Então ele sempre vai se socorrer do dinheiro público e da Prefeitura. Eu entendo que o Sistema de Transportes tem que ser autossustentável. Se a Prefeitura de Porto Velho, for subsidiar o transporte, nós gastaríamos aproximadamente doze milhões de reais por ano, com cinquenta centavos a passagem. Os *royalties* hoje estão inseridos dentro das despesas, hoje não, sempre. Ninguém utiliza o dinheiro dos *royalties* para isso ou para aquilo, mas nós não estamos aqui para discutir este ponto. Mas é fato, isto está na despesa, com o dinheiro dos *royalties* se paga salário, se paga médico, se paga gari, se paga despesa da Prefeitura. Nós hoje estamos com a despesa equilibrada, com a economia de muito dinheiro, economia para tocar custeio. Hoje, graças a Deus, nós estamos prontos para conseguir avançar. Estamos fazendo obras com recursos próprios da Prefeitura, obras inclusive de drenagem que não são feitas há mais de vinte anos em Porto Velho. Político não gosta de fazer drenagem porque a obra fica enterrada. É muito dinheiro que fica enterrado, mas nós estamos fazendo. Estamos fazendo a maior obra de drenagem da cidade de Porto Velho nos últimos vinte e ‘tantos’ anos. O último que fez drenagem profunda, galeria nessa cidade, foi o Chiquilito Erse. Faz muito tempo, mas ressalto que não estou querendo aqui atribuir a responsabilidade para ninguém, mas boa parte dos nossos problemas é pela falta do planejamento adequado. Talvez no passado, nós não tenhamos tido a participação popular tão intensa quanto essa. E também a falta de monitoramento e a permissão dessa expansão. Vou deixar uma questão aqui para vocês discutirem. Acredito que esteja abordado Henrique, é a questão da Margem Esquerda do Madeira. É uma situação. E abrindo o coração aqui para vocês. Eu não sei o que fazer. Eu tenho dúvidas com o que fazer, todo mundo está aqui para discutir Plano Diretor, para discutir o futuro da nossa cidade. Como prefeito sei da dificuldade e tenho receio de abrir mais uma frente de expansão urbana. Porque o recurso é finito, não tem milagre. Quanto mais extenso for a Sede do Município, mais dinheiro precisa para fazer asfalto, iluminação pública, rede de água e etc. Isso é fato. Se nós preservarmos o que nós temos hoje, se nós pararmos de aumentar o problema, talvez um dia nós consigamos fazer uma capital com ‘cara’ de capital. Isso é fato. A cidade é espalhada demais. A



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

cidade só chegou até o Bairro Nacional por causa do aeroporto e da área militar, se não estaria espalhada para lá. Não chegou já na Margem Esquerda porque não tinha ponte, hoje tem ponte, e é uma situação que me preocupa. Uma pessoa me falou: ‘Prefeito, a Margem Esquerda pode ser ocupada com a participação da Prefeitura e da sociedade ou não, como foi boa parte da cidade de Porto Velho. A cidade de Porto Velho tem dívidas de centenas de milhões de reais decorrentes de invasões. E foram muitas vezes incentivadas por políticos. Nós pagamos essa conta até hoje. Porque quando se invade uma área de um particular e a Prefeitura ‘entra’ com iluminação pública, com Posto de Saúde e com Escola, configura-se uma desapropriação indireta. E no final toda a sociedade paga a conta e ‘tá’ pagando hoje. Nós estamos pagando alguns milhões por ano dessa conta, é essa a realidade, isso nós temos que discutir com a população. Todos vocês aqui são formadores de opinião. É importantíssima essa participação. E nós temos que acompanhar o que acontece na Prefeitura. Na Prefeitura é por onde passa tudo na vida das pessoas, do nascimento até a morte, escola, saúde, educação, etc. Uma rede de quarenta e cinco mil alunos que nós temos e várias dezenas de escolas. Muitas ainda em estado precário. Temos problemas, temos. Mas vamos continuar avançando e isso faço questão de fazer com vocês e em contato com a população. Vou resolver todos os problemas? Não. Não tem jeito, não existe mágica. Não existe resolver problemas de uma capital, onde cinquenta e oito por cento das suas ruas não são asfaltadas. Se nós andarmos até duzentos quilômetros até Ariquemes, nós vamos encontrar uma cidade praticamente com cem por cento de asfalto. Aí me falam: ‘É, mas Ariquemes é menor’! Claro! Mas o orçamento de Ariquemes também é menor. Nós nunca tivemos um governo de Estado, governando ‘de frente’ para Porto Velho. Todos os governadores que aqui passaram governaram ‘de costas’. E se cada prefeito que me antecedeu tivesse feito um pouquinho a mais, nós não teríamos essa situação vergonhosa. ‘Caminhando’ para finalizar, neste mês de março agora, nós começaremos a receber os primeiros estudos da Parceria Público-Privada para o saneamento. Água e esgoto de Porto Velho, cujo o compromisso eu assumi em campanha. Nós temos cinco participantes neste processo. E eu vou trazer ‘para dentro’ do processo o Ministério Público, Tribunal de Contas, Poder Judiciário, Sociedade Organizada, quem quiser, ‘dentro’ da máxima transparência possível. É uma obra. Nós temos cinco participantes, dois são duas consultorias que eu não sei quem representam. E nós temos três dos cinco maiores *players* do Brasil na área de saneamento. Esta é uma obra que deve envolver valores na ordem de dois bilhões de reais o que se tentou até hoje, foi fazer isso via recurso público. Nem um governo deu conta, nem a Prefeitura daria. E se tentar continuar nessa via não adianta que é uma obra muito complexa. Então existem cinco ou seis empresas gigantescas



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

no Brasil que captam recursos no exterior para poder comportar o investimento dessa natureza numa modelagem de trinta, trinta e cinco anos. Nós estaremos recebendo estes estudos, nós estamos acompanhando estes prazos. Este processo iniciou em junho, julho do ano passado, e nós estamos agora começando a encaminhar para a reta final. Então as empresas ao longo desses seis ou oito meses, realizaram estudos para nos apresentar, então nós vamos discutir e construir qual é o melhor projeto. Em linhas gerais para se alcançar setenta por cento de água e esgoto, lembrando que nós temos apenas trinta e seis por cento das nossas residências recebem que água encanada de forma intermitente. Esgoto tratado zero! É cem por cento fossa e igarapés. Nossos igarapés estão todos poluídos. A pior capital do Brasil em saneamento básico é Porto Velho. É setenta por cento no prazo aproximadamente de cinco anos e os outros trinta por cento em mais ou menos outros quatro ou cinco anos. Essa é uma obra que uma vez iniciada, irá transcender a nossa gestão, ela não envolverá a utilização de recursos públicos, nós vamos fazer totalmente com recursos privados. A exemplo do que já acontece em diversas cidades do nosso país e em Rondônia, em Ariquemes, Rolim de Moura e Pimenta Bueno. Nós estamos ‘a reboque’. Três cidades do interior já estão muito à frente do que a nossa capital. Normalmente o que se imagina é que a capital lidera o progresso do estado, então em termos de saneamento, nós estamos ‘lá atrás’. Mas se Deus quiser, nós vamos conseguir resolver esse problema. É um trabalho muito substancioso, complexo. É colocar no mercado essa Parceria Público-Privada de saneamento básico. É complexo, difícil, mas nós conseguimos montar uma equipe que ‘tá dando conta do recado’. Nós temos um Conselho de PPP’s e Concessões. Então é muito possível, muito provável, se não houver... Porque nós temos um problema. O poder concedente da água e esgoto é a Prefeitura. A concessão é da Prefeitura. Foi concedido à CAERD o direito de exploração. E foi feito um contrato. Este contrato não foi cumprido em nenhuma cláusula. Nós podemos retomar essa concessão, mas eu espero ter um entendimento com o Governador Marcos Rocha, que é a única pessoa em Rondônia que pode atrapalhar este processo, e nós fazer ficar mais uma década ou duas, três ou quatro, ‘sei lá quanto’, sem água e sem esgoto. Não acredito que isso vai acontecer. Eu estou procurando construir um caminho com o Governador neste sentido, e finalizando, ‘prometo, tô indo embora’, é a questão da rodoviária, eu tenho outra reunião aqui. A questão da rodoviária também passa pelo Governo do Estado. Havia uma discussão judicial sobre a propriedade do terreno aonde é a rodoviária hoje. ‘Eu trouxe com ação contra a Prefeitura’, a Prefeitura perdeu a ação no ano passado e o terreno da rodoviária hoje é da Prefeitura, ‘tudo bem’ que surgiu aí uma dívida de onze milhões de reais para a Prefeitura pagar um dia. Mas o terreno é da Prefeitura e a concessão é do Governo, em cima de



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

um terreno da Prefeitura. Nós estamos também buscando com o Governador, a solução deste impasse. Ou ele faz uma rodoviária de verdade, que a nossa rodoviária hoje, fazendo uma comparação com uma moça bonita, seria na Jorge Teixeira, como se nós tivéssemos uma moça bonita com uma ‘pereba na cara’. ‘A pereba’ da Jorge Teixeira é aquela rodoviária. É um horror, eu sou cobrado disso diariamente, mas eu preciso que ou o Governador me passe a concessão para que eu possa resolver, ou que ele faça uma rodoviária de verdade. Tanto faz, o que interessa é que a população precisa desse equipamento público. Muito obrigado pela atenção, tenho outra reunião ainda, desculpem meu atraso, mas eu estava numa reunião com vereadores da base. Enfim, nós estamos fazendo aquilo que a gente pode, não faz o que quer, faz o que pode, faz o que consegue. Nosso compromisso é de dar sempre o melhor, fazer o máximo que nós pudermos. Mesmo sabendo. Às vezes é frustrante. O gestor se frustra quando não consegue fazer tudo o que gostaria. Gente! Um abraço, boa noite, parabéns a vocês pela presença e pela participação”. Sem mais colocações o Mestre de Cerimônia passou a palavra ao Mediador para que ele coordenasse as inscrições, leitura das perguntas e direcionamento das questões. **6. Manifestações:** O Mediador deu prosseguimento à audiência pública, dando a oportunidade à Sra. Sandréia de fazer a sua manifestação, porque ela solicitou uma questão de ordem. Colocação da **Sra. Sandréia:** “Boa noite a todas e a todos! Sandréia, sou moradora da Zona Sul e também militante do movimento social. Mas a primeira coisa que eu queria dizer aqui, é repudiar esse comentário machista e misógino do Prefeito... Que acabou de fazer aqui uma declaração que não nos representa. Eu acho que nós precisamos avançar, não nos representa. Segundo é dizer que esta audiência, apesar da importância da apresentação do ‘Engenheiro’ (se referindo ao Consultor e Arq. Henrique), que ela precisa ser refeita, porque a população precisa ser ouvida. Se você olhar o tempo ‘que está aí’, a maioria das pessoas que estão aqui desejando fazer um fala, não conseguirão porque perderam muito tempo ouvindo a gestão e não ouvindo a comunidade. Eu quero reafirmar aqui, que o Plano Diretor, ele é feito para que nós discutamos coletivamente, população e gestão. E que nós não podemos colocar a culpa em gestões passadas, quando nós estamos vivenciando uma gestão agora”. O Mediador solicitou que os cinco primeiros moradores que quisessem fazer uma intervenção que se manifestassem levantando a mão, e convidou-os que fossem até o palco e se assentassem nas cadeiras (que estavam ali organizadas para este momento). Falou que seria aberto o primeiro bloco de cinco intervenções e que cada pessoa poderia fazer o uso da palavra com o tempo de três minutos. Explicou à população que a outra possibilidade de se manifestar é fazer por escrito. Indicou que havia uma mesa ao lado (no palco) com as fichas específicas para que os moradores



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

fizessem seus questionamentos. Solicitou às pessoas que fossem falar que dissessem seu nome, bairro e organização que representam. **BLOCO I – Sra. Niédja:** “Boa noite, meu nome é Niédja Santana, sou moradora do Município de Porto Velho e funcionária pública. Bom! O que eu quero dizer, eu moro em Porto Velho desde mil novecentos e noventa e cinco, e não é verdade que não tenha sido planejado, que a população não tenha participado. Eu tava comentando ali na plateia, que eu já participei de centenas de reuniões com este auditório lotado, com gente do distrito, dos Sem Terras, dos Indígenas, dos ‘Moradores’ dos Atingidos por Barragens...Porto Velho, a população participa sim, se você divulgar, a população participa e quer contribuir para uma Porto Velho melhor. Não é a primeira vez que eu participo de uma reunião ‘que vem’ e quer contribuir. Segundo lugar, eu quero dizer o seguinte, que eu gostei demais do trabalho, parabéns ao trabalho da Consultoria! Eu só lamento que não foi respeitado, não foi dada a prioridade para ter um tempo necessário de explanação. Eu acho assim lamentável, a gente não poder estar resumindo este trabalho que foi feito, com estes dados atualizados, nesse tempo tão exíguo. É uma complexidade de coisas que a gente tem que entender, como que a gente vai pensar Porto Velho em dez anos à frente? Se a gente não está conseguindo entender nem o relatório que foi feito, um trabalho tão bonito gente! Bem feito. Eu acho assim absurdo. Então minha proposta, eu quero encaminhar, eu não sei se a gente ainda tem tempo, que eu estou meio desatualizada com o tempo da Conferência, mas se haveria possibilidade de ocorrer um outro encontro e de que tivesse, uma hora para cada tema, ou uma hora e meia para cada tema explanado, com a convocação da população antes da próxima Conferência ou audiência”. **Sr. João:** “Boa noite, eu sou da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de Rondônia, meu nome é João. Já participei de outras atividades do Plano Diretor e quero ressaltar dois pontos das propostas que o MAB apresentou para a reelaboração do Plano Diretor. Inclusive esses dois pontos, foram apresentados em pauta para o Prefeito de Porto Velho, que estava aqui agora há pouco, no primeiro ano do mandato dele e depois que a gente apresentou a pauta não teve muito efeito. Uma das coisas, é que a cidade de Porto Velho tem um grande passivo social e ambiental nas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, e muitas coisas que foram apontadas aqui nas estratégias, elas visam sanar essas ‘feridas que foram abertas’ pelas Usinas. Acho que o Município e o Estado não podem assumir a dívida que é do empreendedor. Eles têm que ter pulso firme, ter coragem e apresentar essa conta para os empreendimentos pagarem. E uma das formas de fazer isso que a gente apresentou para o Prefeito, seria investir uma pequena parte dos *royalties*, que só em dois mil e dezessete foram mais de sessenta milhões que o Município recebeu e todo ano recebe, seria investir uma parte pequena



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

deste dinheiro para implementar o diagnóstico social, econômico, ambiental e cultural. Que é um diagnóstico criado com a metodologia oficial pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), pelo Governo Federal, para levantamento da dívida do passivo social das regiões atingidas por barragens. Uma metodologia científica oficial, criado pelo Estado Brasileiro para fazer pesquisa para calcular essa dívida. Seria muito inteligente da gestão municipal tirar uma parte do dinheiro dos *royalties* para fazer este levantamento para poder cobrar muito mais. Porque o Município sozinho, ele não vai ‘dar conta’ dos problemas que a Usina criou. A outra situação é que a gente apresentou a ajuda do Município para o enquadramento de Jirau e Santo Antônio, na Lei nº 12.334/2010, que é a Política Nacional de Segurança de Barragens. A Política Nacional de Segurança de Barragens é recente, o Sistema de dados de Segurança de Barragens é precário, porque ele tem problemas muito parecidos com os do Licenciamento Ambiental. Primeiro, um número muito reduzido de técnicos, desde dois mil e dezesseis a gente não tem inspeção *in loco* da Agência Nacional de Energia Elétrica para verificar a segurança das barragens de Jirau e Santo Antônio e as informações são levantadas pelo próprio empreendedor. Então provavelmente a classificação de risco da barragem de Jirau e Santo Antônio, ‘elas’ estão incorretas. E se esse levantamento está incorreto, o Plano de Segurança de Barragem provavelmente não é eficaz. E a Política... É importante isso aqui. A Política coloca uma série de instrumentos e uma série de coisas que tem que ser executadas. Uma delas é criar uma cultura de segurança de barragens, se prevê a implementação de Programas de Comunicação e de Educação sobre Segurança de Barragens. A gente apresentou em dois mil e dezessete a disposição do Movimento de estar envolvendo as comunidades, de forma a que este processo de construção dos Planos de Segurança sejam um processo participativo e não uma ‘coisa’ apresentada simplesmente pelo empreendedor. Porque todo mundo que mora em Porto Velho sabe que a gente não pode confiar em Jirau e Santo Antônio. E nenhuma das comunidades que estão na área de influência dos efeitos de remanso do reservatório, inclusive Abunã, já tem determinação da Agência Nacional de Águas para que o Distrito seja realocado. Nenhuma dessas comunidades tiveram acesso a estes Planos de Segurança, dos Planos de Ação e Emergência. Então a gente acha que é urgente que o Município ‘tome a frente’ dessa discussão, que a gente não pode deixar a ‘raposa cuidando das galinhas’, a gente não pode deixar a segurança da barragem ‘na mão’ dos próprios empreendedores para elaborar quais são as medidas que tem que ser efetuadas numa situação de emergência. Quem mais precisa saber disso, é quem está na comunidade na área de risco, essas pessoas não estão sabendo e não estão participando. E sobre a água, vocês viram o que aconteceu aí com a energia, ‘né’?! Então muito



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

cuidado com este discurso, privatizar não é a solução”. **Sra. Mariane:** “Boa noite a todos! Meu nome é Mariane, faço parte do Coletivo Popular do Direito à Cidade e o nosso coletivo tem propostas para serem incluídas no Plano Diretor Participativo de Porto Velho, e que essas propostas também se tornem diretrizes. Então a gente elencou algumas dessas propostas aqui para conter no documento, ‘tá bom’?! Reforçamos o cenário estratégico e diretrizes apresentados no conjunto do documento e a leitura adequada das alternativas para o Município de Porto Velho, para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, condições fundamentais para a qualidade de vida da população. E nesse sentido, que sejam aplicados todos os instrumentos que estão contidos no Estatuto da Cidade, inclusive que esta função social da cidade, como a função social da propriedade que ela seja justa para quem precisa dessa situação. Por quê? Porque foi levantado, principalmente, no perímetro mais central da cidade, inúmeros vazios urbanos e com a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, estes vazios urbanos podem ser destinados à habitação de interesse social. Então eu quero colocar como proposta, ao Coordenador do IBAM, ‘tá bom’?! Porque assim, geralmente se tem a visão que a pessoa que tem a necessidade de moradia, sempre tem que estar morando muito longe do centro da cidade e sem a infraestrutura. ‘Ah! Falaram o quê? Que o Prefeito colocou que a invasão é um problema. A invasão é uma consequência de uma seqüela, de uma falta de execução séria da Política Urbana. As pessoas têm direito à moradia, é direito de dignidade humana, então isso é inquestionável. Outro ponto, propomos o fortalecimento da gestão democrática da cidade com a efetiva atuação do Conselho da Municipal da Cidade e demais conselhos, bem como a realização trienal da Conferência Municipal da Cidade. E que este Conselho também constando no documento, ele exerça todas as suas funções, de fiscalizador, deliberativo, quanto ao que vem sendo executado pela Prefeitura e de todas as matérias que passam pela Câmara de Vereadores, consultivo e também propositivo. É extremamente importante. Um conselho é forte quando ele é fiscalizador e também deliberativo. É preciso garantir a participação equitativa e justa das mulheres nas políticas públicas de desenvolvimento urbano e territorial, de forma a superar ainda a gritante desigualdade de gênero, principalmente, ao que se refere às políticas de habitação, regularização fundiária, transporte público, espaços públicos e ampla participação política social. Garantindo um processo de uso e ocupação do solo territorial, na definição do zoneamento, áreas para agricultura familiar sustentável, a base da agroecologia com fundamentos dos conceitos agroecológicos, que resultem na produção de alimentos e o fomento às economias populares. E, por fim, que isso é extremamente importante, como que a gente discute um Plano Diretor que ele tem que estar em



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

comunicação e conexão com as políticas públicas setoriais, quando não se tem ainda um Plano Municipal de Saneamento Básico, quando não se tem um Plano de Mobilidade Urbana, quando o Plano Local de Habitação de Interesse Social tem muitas falhas no seu diagnóstico e nas suas diretrizes?! Então é um negócio muito sério, é necessário que todos esses Planos e Políticas, através do executivo, eles comecem a ter andamento e vão logo para apreciação da Câmara de Vereadores, para que se possam ser aprovados. Porque se não, nós teremos mais uma vez, um Plano Diretor deficiente. Então são essas as colocações do Coletivo Popular do Direito à Cidade, muito obrigada!”. **Sra. Miraci:** “Meu nome é Miraci, eu represento a ASCOMPAQUE, uma comunidade do Baixo Madeira chamada Curicacas. Nós fomos atingidos pela Cheia de ‘né’?! E hoje nós ‘situamos’ o Cavalcante, que aqui ‘tava’ relatando sobre os problemas da ‘mapeação’ do nosso Município. E nós pertencemos também a esses projetos. Mas antes destes projetos, nós temos de ter prioridade à vida, não é isso? Pois é. A prioridade do nosso Município, o nosso Prefeito não está respeitando isso. Então eu exijo, não só dele, mas como de todo Poder Público, que eles façam pelo menos o que é necessário que está escrito na Constituição Federal, porque nós precisamos da educação. No Baixo Madeira tem muitas crianças que ainda não concluíram dois mil e dezessete (alguém no público falou que era dois mil e dezoito). Na nossa comunidade, o pessoal do governo chegou a perguntar para nós, o que nós ‘tinha’ de tanta necessidade para pedir. Nós não temos nada. Eles perguntaram: ‘Vocês têm educação’? Nós não temos escola. ‘Vocês têm saúde’? Nós não temos Posto. ‘Vocês têm moradia’? Nós não temos casa. Eu chamo as nossas casas lá da nossa comunidade como ‘tapiré’. Porque da Cheia de dois mil e quatorze nós fomos para um local para nós ‘fugir’ da Cheia e lá nós estamos até hoje. Cinco anos. Nem a localização para construir uma casa decente, o Prefeito não teve essa capacidade de fazer. Porque é ‘categoria’ dele fazer isso, para poder ter continuação das outras necessidades, ‘como se diz’, a energia, a educação e o que eu ‘tô’ pedindo. Então é nesse sentido que eu digo. É bonito o projeto, é necessário que seja feito. Mas em primeiro lugar que possa concluir e fazer o que a gente precisa. Se eu ‘tô’ aqui é porque a gente fala mesmo assim, a nossa vida ‘tá’ precária ‘né’?! Precária! Sempre a pessoa pergunta de mim: ‘Dona Miraci, como é a história da sua comunidade’? Eu digo mesmo assim: ‘Nós vive no pré-histórico’! Falam aqui de tecnologia, nós não exigimos isso, queremos o básico. Será que é demais isso? Então é isso que eu me desabafo ‘né’?! E fico indignada com uma apresentação que não precisaria passar tanto tempo, porque eu acho que a maioria daqui não é analfabeto. Pode ler, concluir em casa e procurar resolver os emergenciais. Porque no nosso caso é emergência!”. E muito obrigada por ter me ouvido. **Sr. Emerson:** “Boa



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

noite a todos! Emerson Fidel, SINDUSCON/RO (Sindicato da Construção Civil do Estado de Rondônia). Eu faço parte da iniciativa privada. Tenho trinta e três anos de Porto Velho. E se você fizer uma ‘coisa’: ‘o que era nossa cidade há trinta e três anos atrás e o que é hoje’? Ela cresceu, mas não deu sustentabilidade para as pessoas. O próprio Prefeito aqui colocou, a pior cidade em termos de saneamento é nossa. E é uma capital. Então, o que nós temos que fazer? Nós da iniciativa privada? Nós aqui, temos a oportunidade de discutir o futuro da nossa cidade. É importante a participação do setor público, e principalmente, do setor privado. Vocês viram hoje que nosso país chegou no limite, o setor público já não pode fazer mais nada, se não tiver a participação da iniciativa privada. E, principalmente, ouvir vocês da sociedade para que todas essas demandas em conjunto sejam solucionadas. Mas aí, a importância da participação do setor privado. Nós vemos aqui um capital que cresceu virada ‘de costas’ para o Rio Madeira. E muitas vezes, os políticos faziam da maneira sem a participação popular, o que era melhor para isso ou para aquilo, sem ouvir vocês e ‘vê’ não só a sociedade civil organizada de uma maneira geral. Então nós do SINDUSCON e outras entidades aqui ligadas ao setor privado. A importância da participação neste momento, dessa renovação do Plano Diretor. ‘Pra’ nós aqui, principalmente, quando foi colocado os vazios urbanos. Onde muitas vezes, ‘aquele’ vem apenas especular o seu terreno. Dificultando a construção de imóveis para a sociedade, não só da parte, ‘digamos habitacional’, mas do desenvolvimento urbano. Então neste sentido, nós da sociedade civil organizada, do setor privado, queremos cada vez mais participar deste evento, e principalmente, colocando ideias no sentido de que começar a verticalizar a nossa cidade, que tem muitos espaços aqui e terrenos sendo inaproveitáveis. Então, neste sentido, nós, o Sindicato da Construção Civil, de uma maneira geral, estamos à disposição de compartilhar os nossos conhecimentos, principalmente, para dividir e melhorar o que nós queremos uma cidade...O futuro de Porto Velho, uma cidade pelo menos para os nossos filhos e os nossos netos. Muito obrigado!”. **BLOCO II – Sr. Josenir Detoni:** “Boa noite a todos, estou falando aqui em nome da Associação de Moradores do Maravilha. Queremos discutir com a Prefeitura e Câmara de Vereadores o problema, questão da Margem Esquerda. Há uma premissa equivocada, uma ideia errada de que se a gente fechar os olhos para o que está acontecendo lá, marcar lá como Zona Rural, como está na proposta, isso vai resolver a questão, vai resolver o problema. Eu quero convidar a todos aqui para saindo de aqui darem uma passadinha por cima da ponte e olharem as luzes do outro lado, quando vocês verem isso eu vou perguntar novamente se vocês teriam coragem de declarar aquele espaço como Zona Rural. Entendo que o desejo da Prefeitura não ampliar o perímetro urbano, mas o desejo não necessariamente é a base de



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

um bom planejamento, eu também desejaria que não crescesse muito para lá não, só que a partir do momento que colocaram uma ponte ligando o centro da cidade à Margem Esquerda e colocou um bairro daquele lado, se isso não configura um vetor de crescimento urbano, eu não sei o quê configura. Então não se trata aqui de dizer o seguinte: “Nós não temos recurso de cuidar daquela parte, então vamos declarar que aquela parte não existe”. Alguém duvida que depois de construir uma ponte e colocar um bairro lá que a cidade vai crescer para lá? A questão estratégica neste momento é discutir como ela vai crescer para lá. Se ela vai crescer como Porto Velho sempre cresceu, desordenadamente, ou se agora nós podemos incluir no Plano Diretor da cidade pela primeira vez um crescimento ordenado da Zona Oeste de Porto Velho. Trabalhar com a ideia que de a cidade não irá crescer para lá é ingenuidade e, portanto, é uma ideia muito ruim de construir um planejamento. Nós temos propostas para aquele lado, existe uma área ali que é uma Zona de Proteção Ambiental, uma APA. Aquilo só vai permanecer em pé, se tivermos uma proposta sustentável (social ‘mais’ ambiental ‘mais’ econômico). Nós estamos propondo, para a Zona da APA que é um quilômetro mais ou menos da margem, seja declarada como Zona Chacareira de Interesse Turístico – ZCIT. Assim vamos ter preservado aquela área. Os ribeirinhos, se fala muito de ribeirinhos, mas na hora do planejamento esqueceram, os ribeirinhos terão recursos e Porto Velho vai ganhar uma Zona de Turismo que tanto precisa. Obrigado!”. **Sr. Novoa (Professor da UNIR):** “Tenho pesquisado os impactos das Usinas na cidade desde dois mil e seis, quando aqui cheguei. Sobre a questão da Margem Esquerda, a gente pode exercitar nessa Margem Esquerda ainda, não tem a ‘cara da cidade’ assimétrica e desordenada que a Margem Direita, uma espécie de ‘espelho’ para que a gente possa de fato reorientar nosso futuro, o que nós podemos ser. Não temos sido, por falta de acordo, falta de planejamento, os colegas já disseram. E como o Professor Josenir colocou anteriormente. Tem uma ponte e um bairro, isso pode significar um fato consumado ou a possibilidade de a gente alterar fatos. A gente pode fazer essa retenção, se a gente tiver alternativa para colocar na mesa, e não apenas dizer: ou é com ou é sem Prefeitura, mas vai acontecer de qualquer forma. Isso para mim é ingenuidade achar que o poder econômico vai vencer sempre e que nunca a população vai reagir, e que nunca vai ter condições de ter um futuro diferente. Apostando nisso nós estamos aqui para discutir. É nessa aposta de que vai ser diferente, é que a gente está gastando tempo e energia para construir algo que seja realmente alternativo, e isso passa por um processo de profunda educação ambiental, nesse bairro novo que está lá. De um processo de reordenamento territorial da Margem Esquerda, projetos alternativos de desenvolvimento que envolvam justamente isso que ele falou. Acho que não é incompatível a questão da Agricultura



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

Familiar, Zona Chacareira e Turismo Alternativo. Acho que tudo isso não é expansão urbana, isso não é perímetro urbano. Isso é área de Zoneamento Especial, é área de proteção ambiental e cultural, é diferente de perímetro urbano. Isso tem que estar muito claro nesse Plano Diretor. Com relação ao próprio papel da cidade na Amazônia, é aí que a gente vai provar se pode ou não cumprir esse papel. Ou a gente vai continuar sendo ‘ponta de lança’ da devastação da Amazônia como nós temos sido nas últimas décadas; Apêndice de Ciclos passageiros; Eixo de Energia ou Eixo de Transportes, ou a gente vai ser uma Cidade sofisticada, voltada para o Conhecimento, para Gestão Ambiental, capaz, portanto de reordenar o Desenvolvimento da Amazônia. São essas as bifurcações que estão sendo colocadas, não apenas um caminho único de que o agronegócio vai ‘passar por cima de nós’ e nós temos que abrir, simplesmente, as ‘cloacas’ da cidade para que se atravesse a Cidade, e a Cidade nunca vai se formar e se inteirar do seu papel. Por último, a questão das usinas e a cidade. A cidade está ‘abaixo’ das usinas, ela está em uma zona de amortecimento de qualquer coisa que ocorra por lá, e tem acontecido e não é que vai acontecer, tem acontecido o mal funcionamento da usina. Que se encaixa, portanto, na Lei de Segurança de Barragens, quando diz que o mal funcionamento das usinas produzindo dano potencial associado, portanto, merece o Plano de Segurança de Barragens. Isso quer dizer que a cada Cheia tem um mal funcionamento, a gente viu o que aconteceu em dois mil e quatorze. A falta de previsão que foi dois mil e quatorze. O impacto associado da cheia natural e da cheia induzida. Tudo isso foi judicializado, evidentemente, mas a gente sabe que ao longo do entorno dos lagos, houve impacto adicionado. Ao longo da BR toda, em direção a Rio Branco, ou seja, há uma sobrecheia corrente, periodicamente acontecendo que precisa ser administrada. Isso precisa ser gerido conjuntamente. A minha sugestão é que isso não fique a cargo apenas das Usinas e dos Órgãos Federais, mas que o Município precisa participar de forma protagonista neste planejamento de riscos que envolve sua população e, portanto, o Plano de Segurança de Barragens assim como o próprio Plano Básico Ambiental precisa estar inserido em algum tipo de espaço transversal interinstitucional, de forma que a população tenha acesso às informações e acesso às decisões que afetam suas próprias vidas. É preciso acompanhar esse processo, monitorar e controlar socialmente aquilo que acontece há alguns quilômetros ‘das nossas cabeças’, todas as vidas que estão ‘abaixo’ dessas duas Usinas. Por fim, a questão dos *royalties*, concluindo. Realmente, deve ser algo, alguma visão ideológica ‘muito fechada’ do Prefeito achar que o subsídio é inviável. É uma visão ideológica de achar que tudo tem que ser autossustentável. Então todas as desonerações que foram praticadas de forma ‘tão bem fazer’ do empresariado têm que ser repensadas. Já que para ser autossustentável, então todos os



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

apoios e suportes aos empresários da cidade deveriam ser revistos rapidamente, já que ele não pode subsidiar o transporte público, não é isso? É preciso pensar claramente que os *royalties* devem ser direcionados, já que não temos acesso as formas de gastos desses *royalties*, então simplesmente dizer que é custeio, é para salvar o custeio, é colocar a cidade numa espécie de ‘buraco negro’, assim como colocou as cidades lá da mineração de Minas, na dependência, ou seja, é totalmente insustentável essas finanças. É preciso colocar esses *royalties* naquilo que passa a gerar de fato autonomização no Município, isso quer dizer: educação, desenvolvimento sustentável, pensar em processos que sejam criativos e criadores de capacidades e de potencialidades, de forma que a gente não precise de ganhar *royalties* e que nem fique na dependência de investimentos, que simplesmente, fazem chantagens nos locais que chegam. E se instalam a qualquer custo e nós ficamos, nós munícipes ficamos completamente à mercê, indefesos diante das chantagens empresariais colocadas. Então, é preciso usar esse momento, fazer a transição, tentar com inteligência usar os setores que estão aqui instalados, mas, fazer uma pactuação no sentido de pensar adiante, e multiplicar, diversificar as fontes de riqueza, aumentando as capacidades e as potencialidades de gestão e administração que a cidade deve ter. Obrigada!”. **Sr. Xavier (Presidente da Associação da Vila Princesa):** “Boa noite a todos e a todas! É muito bom ver que as pessoas estão ‘se acordando’ para a realidade. A Vila Princesa, por exemplo, existe há mais de vinte anos. Para quem não sabe a Vila Princesa é um lixão a céu aberto. Ali aquelas pessoas são esquecidas, como foi dito no começo, pela Raísa, foram feitas lá duas oficinas nesta Revisão do Plano Diretor, e o que nós temos e queremos que fique registrado, a participação dos moradores na Revisão do Plano Diretor. Ali é uma comunidade muito sofrida, é ali onde vai todos os resíduos sólidos, os resíduos que saem das suas casas. Nós da Vila Princesa somos considerados o ‘resto’ da sociedade. Não! Ali há pessoas, há seres humanos, há crianças, há pessoas dignas de uma atenção melhor do Poder Público. Lá nós precisamos de tudo o que foi levantado aqui hoje: Água tratada, melhoria no posto de saúde, segurança, atenção melhor para a nossa escola, saneamento. Eu trouxe aqui para que seja inserido também na ‘participação’ do Plano Diretor, estamos ali com (solicitou que todos ficassem em pé) alguns moradores que representam a comunidade do Vila Princesa, com uma faixa. ‘Aí’ são pais de família e mães de família que precisam urgentemente de um socorro. Foi interditado o lixão no dia seis de dezembro. Nós queremos que o poder público venha olhar por cada criança, e todas as demandas que falei antes da Vila Princesa, precisamos disso urgentemente. Não estamos aqui para pedir nada de ninguém, queremos dignidade para trabalhar e sustentar as nossas famílias. Porque é muito fácil o empresário no final do ano vai lá, cem ou duzentas cestas



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

básicas, mas a cesta básica acaba. Nós queremos dignidade para trabalhar, para nossos filhos estudarem. A última que nos aprontaram foi: Não tem alunos na UNIR, não vai ter ônibus para a Vila Princesa, mas lá tem senhores e senhoras, tem famílias que vem aos domingos fazer suas compras na feira porque é mais barato. Mas de domingo passado para cá tiraram o ônibus, não tem. Já não tem SAMU porque nós sabemos que pela quantidade de habitantes é impossível servir a todos. Nós ficamos há oito quilômetros de Porto Velho na BR-364, ao lado do UNIR, se SAMU não vai e nem ônibus por enquanto. Eu quero deixar bem claro e registrado até mesmo para o Vereador, porque de quatro em quatro anos recebemos visita de político, mas passado as eleições somos esquecidos. Quero deixar aqui minha indignação contra o descaso que acontece com nossas famílias e queremos pedir encarecidamente que olhem por nós, precisamos de regularização fundiária. Não precisamos de esmolas, nós precisamos de dignidade, de serviço como seres humanos”. **Sr. Sirley:** “Boa noite! Sou morador do Setor Chacareiro e fiscal da Associação Hortigranjeiro da União. Quero perguntar para vocês, porque dentro do Plano Diretor eles falaram que tem o local para colocar a zona de chácaras? Eu quero que todos vocês tenham uma certeza que hoje dentro do setor chacareiro, nós produzimos sessenta por cento do que vocês têm na mesa. Quem vai realocar esse povo para cá? Porque nós estamos acompanhando esse Plano desde o começo. Eu acho que todos vocês viram ontem na TV uma reintegração de posse do Setor Chacareiro, fizemos um apelo para o Prefeito Hildon Chaves que só tem o direito de falar, não tem o direito de ouvir. É assim que eu ouvi da Cristiane daquela fase lá da Prefeitura, porque o Prefeito não tem o caráter de respeitar nosso Município. Eu sou filho daqui, nascido e criado aqui. Não importa o que a gestão passada fez e sim o que ele está fazendo, abandonando a cidade. Não ‘olhando nós’, o povo do Setor Chacareiro que só queremos o direito de trabalhar e criar nossos filhos. Nós temos o projeto de agricultura familiar, e o Prefeito não tem a capacidade de mandar um trator para arrumar a terra que está na disposição nossa. Ele falou que quer colocar o Setor Chacareiro no Plano Diretor ‘todinho para cá’. Onde nós vamos ficar? Onde vai ser? Tudo o que está acontecendo dentro da nossa agricultura familiar. Também tem um problema, porque lá também tem uma expansão urbana dentro do Setor Chacareiro, e nós pedimos para vocês ‘olharem com carinho’ para aquela expansão urbana, porque eles estão tirando nosso direito de pegar algum projeto do governo porque lá já tudo é área de expansão urbana. Se vão diminuir nós não vamos ter como ficar plantando e criando para trazer para a cidade. Se não ‘olhar com carinho’ e deixar do jeito que está onde que vamos parar? Eu peço a todos que estão aqui hoje que participem em grande quantidade nas reuniões e audiências que acontecem lá no Setor Chacareiro também.



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Obrigado!”. O **Representante do IBAM** solicitou a palavra por questão de ordem para esclarecer o mal-entendido sobre a Expansão Urbana e Setor Chacareiro. Explicou que a proposta é justamente consagrar o Setor Chacareiro dentro do instrumento de planejamento municipal. “É isso que estamos propondo. O que eu falei na apresentação é que a gente ainda está fazendo um trabalho de delimitação deste setor, por quê? Porque eu fui lá, eu visitei. Mas aqui no projeto de lei, a gente precisa passar uma ‘linha’ dizendo que esse espaço é Setor Chacareiro, que ele possui características como tal, que se restrinja a possibilidade de urbanização naquela área, exatamente para preservar as coisas que você falou sobre o Setor Chacareiro, que tem uma função importantíssima (abastecimento, organização social, ambiental) para a cidade. Me pareceu na sua fala que você entendeu que a gente quer deslocar o Setor Chacareiro, mas não é isso que estamos propondo”. Apontou o mapa e esclareceu que a proposta ia ao encontro da fala Sr. Shirley. Esclareceu que a Equipe e comunidade estão lidando com série de leis. Disse que é preciso entender que o que é urbano não é rural, mas o Setor Chacareiro possui uns lotes menores do que a legislação determina, então explica que é preciso regularizar essa questão”. **Sra. Valdirene:** “Como a companheira Mariana falou aqui, nós do Coletivo tivemos acesso ao documento depois de já pronto. Não tivemos tempo para análise de propostas e diretrizes, mas trouxemos alguns pontos que reforçamos e reivindicamos e exigimos. Reforçamos: O combate à especulação imobiliárias, aos terrenos baldios, aos condomínios fechados (falsa ilusão de segurança, reforçando os muros que isolam os cidadãos violando nosso direito de ir e vir e o direito a cidade e território); A elaboração de forma participativa e popular das políticas e Planos Setoriais (Saneamento Básico, Gestão integrada de Resíduos Sólidos, Mobilidade Urbana e atualização do PLHIS); A garantia no processo de Zoneamento as Zonas Especiais voltadas para a proteção e promoção das Populações Indígenas, Ribeirinhas e Tradicionais, porque nós não podemos esquecer que a identidade do povo de Porto Velho é complementada na origem Indígena e Ribeirinha. A gente precisa abrigar políticas públicas para esses públicos específicos dentro de outras territorialidades vulneráveis e fragilizadas pelas construções de Empreendimentos como as Hidrelétricas e os Portos no território municipal. O congelamento do perímetro urbano, condição fundamental para o oferecimento de serviços públicos e infraestrutura urbana de qualidade. Nós exigimos e reivindicamos, porque nós temos todo o direito como população portovelhense: A priorização e formulação de políticas públicas culturais de esporte e lazer, que garantam o acesso para as crianças ao espaço de brincar, convivência social com segurança. Nesse Plano Diretor essa proposta ainda não contempla plenamente as nossas crianças e a gente ‘vê’ no Município de Porto Velho as praças que ‘são



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

deixadas o brincar das crianças mal iluminadas’, em lugares distantes e servindo de estacionamento para veículos. Outro item que que a gente também coloca com relação a Zona de Proteção de Igarapés: Garantir a implantação de políticas públicas ambientais que sejam eficazes voltadas para recuperação e conservação dos Igarapés e Rios, considerando inclusive aqueles que estão dentro do perímetro urbano de Porto Velho. A adoção de medidas como diretrizes dentro do Plano que possam combater o avanço desenfreado da produção de soja, porque preciso ter instrumentos de monitoria e fiscalização. Porque em detrimento da Agricultura familiar, a soja vem avançando no nosso território e expulsando a agricultura familiar, que como o colega disse, produz oitenta por cento da alimentação que a gente come. Nós não comemos soja, nós comemos é verdura, legumes, saladas, arroz, feijão produzidos pela agricultura familiar e é isso que a gente tem que garantir e isso tem que ser uma diretriz dentro do nosso Plano Diretor. Outra questão que a gente coloca é também como exigência e reivindicação é a implantação de ações, projetos e programas que promovam a Agricultura Urbana para a produção do alimento livre de agrotóxicos (de veneno mesmo), de base orgânica em área ecológica como um instrumento que promova a segurança ambiental e nutricional da população de Porto Velho. Então caros colegas presentes, na floresta, nas águas, no campo ou na cidade, nenhum direito a menos”. Contribuição da

Representante da ETM: “Eu peço a palavra somente para complementar a fala do Sr. Sirley para lembrar que lá no Setor Chacareiro a gente realizou algumas oficinas e mobilização tudo junto à comunidade. Para deixar isso bem claro”. **BLOCO III – Sra. Rosália:** “Boa noite a todos! Serei membro do CONCIDADE até a próxima Conferência que vai finalizar esse processo de Revisão do Plano Diretor. Porque esse documento que foi apresentado hoje não está finalizado, então esse é o momento de discutir e rediscutir de uma forma organizada de como escrever um melhor Plano, para tentar trazer melhorias na qualidade de vida da nossa população de todo o território de Porto Velho. Eu tenho uma proposta, eu venho debatendo isso há anos, tem até um ex Secretário aqui que eu tenho ele como amigo, Sr. Elarrat, que nós discutíamos muito essa questão. Eu quero colocar como desafio para a Prefeitura: Nós temos muitos vazios urbanos, e o meu desafio é, como proposta, que a Prefeitura comece a aplicar o IPTU progressivo nesses vazios urbanos. A Prefeitura fala que não tem como arrecadar, mas tem sim, é só ter coragem. E, referente a alguns vereadores, que aqui ainda ‘graças a Deus’, apareceram dois, para ‘salvar a pátria’ da Câmara de Vereadores, ‘que é uma vergonha’ não estarem presentes todos os vereadores. Eu ‘dou graças a Deus’, porque esses dois se disponibilizaram a vir e colocaram a ‘cara à tapa’ para todo mundo ver que eles também são moradores. E aqui, o que eu estou dizendo gente é que eu estou me colocando aqui, e



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

sempre me coloquei dentro do Conselho como moradora de Porto Velho. E sempre vivo dizendo para os funcionários da Prefeitura, que eles não estão ali só como funcionários, mas que eles têm que se colocar no lugar de morador de Porto Velho. Sentir o que a gente sente, seja por falta de moradia, por falta de transporte, por falta de saúde de melhores escolas, por falta de tudo. Eu não quero aqui dizer que a gestão passada foi ruim, no momento que assumo a gestão, o ônus e o bônus é meu. Eu tenho que assumir, eu não tenho que ficar falando de culpa de vinte anos atrás. Porque que nós estamos pagando juros de dinheiro que veio para Políticas Públicas e não tiveram projetos, para onde foi esse dinheiro? Vocês estão acreditando que nós vamos pagar essa conta se privatizar o Setor de Saneamento? Aí nós vamos passar pela mesma coisa que estamos passando com a Eletrobrás. Comecem a conversar com seus vizinhos sobre o Plano Diretor, sobre os projetos que a Prefeitura tem, e se engajem na discussão do Plano Diretor, porque isso aqui é o futuro não para nós, mas para nossos netos e nossos bisnetos, nossa geração. Então a gente tem que deixar uma coisa bem-feita, para que as futuras gerações tenham do que se orgulhar. Outra coisa que quero deixar como proposta é que precisamos fazer um debate com essa amplitude na Zona Sul e Zona Leste, porque teve muita gente que não conseguiu vir por falta de recurso. Obrigada!”. **Sr. Emerson (Morador da Zona Sul):** “Primeiramente tenho que parabenizar o trabalho técnico realizado pela Equipe que é um produto que tem base para se discutir Porto Velho de maneira planejada, ter a oportunidade de vislumbrar uma cidade com cara de cidade mesmo. Infelizmente estamos num momento de revolta, porque o Prefeito vem aqui, é escutado e desconsidera a plenária e vai embora. Reforço a omissão da câmara dos vereadores, porque são eles que vão votar depois, se aprovam ou não o Plano Diretor. Porque sem o apoio é difícil. Concordo que se faça uma Audiência na Zona Sul e Zona Leste. Ressalto também sobre a zona portuária de Porto Velho. Preocupação em estabelecer Zonas Especiais nessas zonas portuárias. ‘Dentro’, trazer a discussão da mobilidade urbana, porque o tráfego de carretas ali está causando um transtorno absurdo. Essa discussão dos *royalties*, o Prefeito falou algo que eu estou estarecido, ele disse que está utilizando recurso dos *royalties* para pagar funcionário, enquanto os moradores de Jaci-Paraná são afetados diretamente pelo empreendimento das Usinas, isso é um absurdo! São mais de trezentos milhões de reais por mês que são passados para a Prefeitura, eu não vi em momento algum aqui nessa Audiência se falar do Orçamento Participativo desse Município. Seria aí que deveria ser decidido em como usar as compensações, de forma participativa. Proposta que se realizem mais Audiências na Zona Sul e Zona Leste. Obrigada!”. **Sr. Jorge (Estudante e Morador de Porto Velho):** “Boa noite! Eu espero que eu esteja sendo audível. Vou falar algumas



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

coisas aqui, talvez eu não seja tão eloquente quanto os colegas, mas vou colocar algumas coisas que eu entendo serem importantes. Vocês citaram alguns pontos condicionantes do Macrozoneamento Municipal. Eu queria poder explicar, mas eu acho que todo mundo já está indo embora e os meus colegas também foram. Eu queria só levantar uma questão aos loteamentos que se encontram vazios no centro, por exemplo você que é empreendedor, é de suma importância. Desculpa gente é que estou nervoso pra caramba! Tudo bem! Voltando. Você tem ali no centro loteamentos vazios que poderiam ser utilizados como por exemplo estacionamento público. Por quê? O que acontece é que os veículos que ficam nas ruas lotam o trânsito, fazendo isso desafogaria as ruas, melhorando o tráfego dos veículos. Muitas vezes também pelo alto número de carros que tem nas ruas, você dificulta a eficiência do transporte público. Eu falo isso porque sou usuário do transporte público, e com tantos lotes vazios na cidade, eu creio estacionamento público em pontos estratégicos da cidade, no centro, leste e sul, seriam de grande valia. Outra ideia interessante que eu estava olhando a respeito do Zoneamento, era com relação ao Microzoneamento. Vejo que fala de macrozoneamento aqui, mas o que é o Macrozoneamento? É você administrar de uma forma mais ampla, e quando você administra tudo de uma forma mais ampla, você acaba não administrando muito bem. O que acontece? Gostaria de pedir para voltar ao mapa de zoneamento da cidade. Então, cada Zona é destinada a algo específico. Para você ter uma empresa você precisa ter conhecimento sobre as zonas, mas essas zonas são tão bagunçadas, que mesmo os profissionais da área acabam demorando mais de meses para conseguir construir e isso acaba gerando atraso e gasto a mais. Eu proponho como um condicionante para o Zoneamento Urbano do Distrito Sede a coletividade de determinadas zonas, por exemplo a Zona Chacareira próximo a zona portuária que é o lugar de escoamento dos produtos. Nossa Zona Chacareira da Zona Leste está tão longe da BR para escoar os produtos para o Acre. É claro que ela está mais próxima das cidades como Ariquemes, mas isso acaba atrapalhando a logística”. **Sr. Fabio:** “Boa noite a todos, eu sou cidadão, por um acaso sou professor também e defensor público. Gostaria de agradecer a todo mundo que ficou aqui na luta, em nome de vários alunos meus: o Átila, o Alan, a Jéssica, a Silvyhelen, tinha muito mais, mas foram embora. Na próxima Audiência Pública eu deixo como sugestão, façam uma oficina a tarde ou mais cedo, de 17:30 à 20:00. As pessoas que quiserem participar detalhadamente da explicação, ela pode participar, e a plenária exclusivamente para ouvir a população. É muito importante, porque tem muita coisa que a população quer falar, as vezes não está nem relacionado ao Plano Diretor, mas que é preciso um espaço público que tenha ata, que vai ter que ser publicada por uma questão de exigência legal. Uma outra questão que é, ter



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

uma explicação anterior técnica, mas eu preciso discutir diretamente com a população, eu acho que supri isso, e a gente vai participar de uma forma mais técnica, em outro espaço, aí o público vai escolher se vem nos dois ou não. Uma outra questão é também limitar as falas essenciais das pessoas que fazem a abertura da Audiência, de preferência, sem demérito ou desrespeito, deixar as falas das autoridades para o final, falas que são necessárias, mas exclusivamente fora da pauta da Audiência Pública, deixar isso para o final, aí quem quiser ouve. Concordo com quem falou anteriormente de marcar uma nova Audiência Pública, e não dá para fazer só no Banzeiros, porque quem pega ônibus tem que descer essa ladeira que é escura e perigosa. É preciso ter uma Audiência na Zona Leste, Zona Sul e Setor Chacareiro. Proposta à questão dos ribeirinhos, delimitar a Zona de atingimento das cheias para que obrigue o Poder Público a tomar medidas emergenciais e não o paliativo que virou eterno. Ao invés de colocar Economia Criativa, colocar um termo mais amplo como: Economia Ecológica ou Economia Verde. A Economia Criativa é importante, sim, mas nós não podemos deixar a capacidade produtiva do nosso Município se limitar apenas ao artesanato, que é muito importante, mas precisamos ir mais além, pensando num corpo comercial e industrial dentro de uma perspectiva tecnicamente sustentável, não estou falando só do desenvolvimento sustentável, eu estou falando sustentabilidade e suas diversas criações, inclusive a social. Uma questão muito importante é integrar as Instituições de Ensino Superior - IES à cidade, porque as IES inclusive as particulares têm que abrir as portas das faculdades para a população. E alguns serviços como extensão e até a biblioteca. Nós temos faculdades isoladas que são mal servidas por transporte público, e que inibe a participação da população em projetos de extensão. Então fica a sugestão de integração da IES à cidade por meio de um Plano de Mobilidade, que não depende do Plano Diretor, mas que a gente precisa colocar no Plano Diretor. Uma outra questão é o monitoramento de risco, que já foi colocado aqui e que é preciso a participação e que esteja no Plano Diretor as preposições concretas, porque se o Plano Diretor ficar muito abstrato, não vai dar em nada. Uma outra questão é a Regularização Fundiária, nós precisamos saber quais loteamentos que nós temos condições de regularizar, não estou falando só de legalização, estou falando em Regularização Fundiária. Porque as vezes, Professor da UNIR, tem uma legalização que você legaliza uma unidade no meio de uma rua, acaba a rua, acho que acontece isso na Calama, e aí é preciso articular a comunidade para encontrar uma solução para aquele problema, se vai ou não encontrar ali naquela região e etc. Uma outra questão que já foi dito é o IPTU progressivo para as regiões centrais, é preciso que o Plano Diretor estabeleça diretrizes. Eu não estou lembrando agora: o Plano Diretor é Lei Ordinária né? Complementar? Sendo complementar então pode estabelecer



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

diretrizes, fato gerador relacionado ao tributário”. O Mediador pediu que o Defensor concluísse a fala, pois, o mesmo extrapolou quatro minutos dos três minutos concedidos a cada manifestação, então o Sr. Fábio Roberto disse que encaminharia sua conclusão via ofício e agradeceu a oportunidade. **Sr. José Márcio da Silva:** “Boa noite pessoal, eu venho aqui como especialista em Regulação da Agência Nacional de Transporte Aquaviários – ANTAQ. A ANTAQ é uma agência reguladora como a ANA, ANATEL, como outras agências reguladoras que atuam tanto na esfera estadual, federal, como municipal. Como interlocutora de vários órgãos também. E, nós viemos aqui, especificamente para tratar do tema da área portuária, a parte que nos interessa. Nós observamos aqui que logo no início, na introdução, no início do trabalho consta ali que o setor portuário orienta o desenvolvimento e ainda condiciona o desenvolvimento de Porto Velho e essa é uma grande realidade. Tanto é que o nome da cidade deriva de um Porto, ou seja, tudo começou pela área portuária. Então quando nós observamos ali o estudo, nós observamos que no Macrozoneamento, o Belmont desapareceu, o Porto Municipal de embarcação de passageiros também não está contemplado, a parte hidroviária da Cidade é um dos pontos mais importantes. Como condicionante está apenas o Portochuello, que é uma proposta de desenvolvimento do setor portuário, mas a importância econômica daquela área do Belmont ali, hoje ainda é superior ao que o Portochuello poderá escoar, tanto hoje, como futuramente. Nós temos aí a discussão que foi feita por aquela colega que não lembro o nome, que está de verde, ela ‘coloca ali’ e o Professor também, que nós seremos ‘espremidos’ pela produção de soja, pela produção agrícola, pelo agronegócio, essa é a discussão, tudo passa pela questão do escoamento. E o Município não pode fugir da responsabilidade de gerar políticas públicas com sentido de delimitar a área de forma correta, para o planejamento daquilo que ele vai produzir, do foco com que ele vai produzir e escoar essa produção. O ‘rapaz ali’ deu uma aula de logística, ‘né’?! Ainda que razoável. Então assim, aproximadamente dois milhões de toneladas de cargas assim como o transporte de passageiros, passam ali pela aquela área do Belmont ainda, e é por essa ‘parte aqui’. Então a gente gostaria de fazer alguns questionamentos. O primeiro é o seguinte: como o Município ‘enxerga essa’. ‘Entendeu’?! Porque ao mesmo tempo que o Plano Diretor diz que a política orienta e ainda condiciona o desenvolvimento de Porto Velho, ao mesmo tempo ele diz que. Há um trecho, a parte F das ‘diretrizes temáticas’, ele coloca aqui: ‘organizar o sistema de transporte hidroviário e rodoviário para apoiar a produção rural e consolidar as cadeias produtivas. Ou seja, tudo passa pelo setor portuário. Então voltando ao ponto. Essa delimitação eu acho que é necessária, ou fazer uma Revisão ou conversar com os outros órgãos interlocutores, IBAMA, SEDAM e o nosso próprio



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Porto Público instruir, ‘entendeu’?! Eu acho que extrair o Porto Público dali para a Cidade seria um prejuízo enorme. Ou seja, só no Porto Chuello foram cinco milhões de reais de investimentos para a Cidade. A extração ‘daquilo ali’ representa dez vezes mais, seria cinquenta milhões. A economia não está girando para poder contemplar todo esse investimento ainda na Capital do Estado de Rondônia. Então a gente tem que ver essa questão prática no meio da cidade. Agora mudando o foco, o nosso questionamento é só acerca dessa delimitação de incluir a área de Belmont, inclusive aquele Terminal de passageiros dentro dessas áreas que são colocadas como condicionamento, porque está apenas o Porto Chuello. Isso daí é como proposta. E, mudando de assunto, a gente gostaria de agradecer o convite e aderir ao pensamento da maioria. Porque assim, as audiências públicas, elas ‘chamam’ tanto os órgãos federais, estaduais e municipais, para que sejam discutidas por tópicos, por pontos as diversas necessidades de cada área que influenciam e impactam a vida da população, do empresário, do político, ou seja, o Plano Diretor é toda essa ‘instigação social’. Então se é um objeto de participação social, ele não pode ser um objeto de conformação social, ‘entendeu’?! Então assim, a audiência pública, é para a população, é para o empresário, é para aqueles que estão participando da audiência terem acesso à discussão sobre aquilo que eles vislumbram no seu futuro, sobre aquilo que eles querem para o Município. Eu gostaria de agradecer. Agradeço o convite da Secretaria de Planejamento também, ok?! **BLOCO IV - Sr. Átila (Morador do Bairro Socialista):** “Senhoras e Senhores boa noite! Eu quero aqui apresentar minha indignação, já há muito tempo acompanhando a política, a política pública do nosso Brasil, e eu acho que eu falo por muitos que aqui estão e os que já foram. A minha indignação é que os vereadores não estão fazendo seu papel de passar nos bairros, os dois que estão aqui representando. ‘Show de bola’! Parabéns! Só que cadê a representação nos bairros? A nossa política há muito tempo está parecendo onde nós estamos no momento, um teatro, certo? Já iniciasse com a frase ‘Plano Diretor’, certo? Não é porque é meu Professor, o Professor Fábio, mas eu gostaria de registrar que ele praticamente foi o Prefeito aqui, certo? Praticamente representou o Prefeito. Com todo o respeito à organização, praticamente ele organizou o nosso estado de opiniões e indignações que está tendo aqui na nossa cidade. E cadê o diretor? Cadê os diretores aqui? Porque ele jogou para a população. A população são os diretores. Mas, cadê o representante dos diretores? A população está querendo desabafar. É simples, ninguém quer andar dentro de água, as poças d’água, simples. Carro destruído, pessoal revoltado, o povo está revoltado, claro é um ‘teatro público’, praticamente com todo o respeito. Eis aqui minha indignação, porque os que saíram aqui, não é desrespeito, mas é indignação. Está certo? Se for mais, faz em uma praça



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

pública, eu duvido, eu duvido. Os vereadores estão ‘de boa’ e a população está andando dentro da água. O Prefeito está com o seu carro, sua *hilux* e a população dentro da água. Certo? Seu Engenheiro parabéns! Com certeza teve trabalho. A minha ideia é fazer o terminal aqui no Centro para não perder a obra do terminal e um terminal no Ulisses. Porque a população precisa de trabalho, o pessoal está vendendo marmita, tem jovem vendendo batatinha, entendeu? O pessoal está desesperado. Está cheio, a praça está cheia. Se for andar pelas praças de Porto Velho, está uma vergonha, faltando pintura. Tudo abandonado, tudo jogado. Os jovens vão pensar futuramente que essa cidade continua um lixão. Gente eu estou com trinta anos, eu cresci ouvindo políticos em comícios, ouvindo opiniões de políticos e é tudo a mesma coisa. A minha rua no Bairro Socialista, certo? Todos os moradores estão chateados porque eles já viram que foram asfaltados dez vezes, estou maximizando aqui por indignação e nunca se passou o asfalto lá, certo? As praças estão abandonadas, os jovens se matando, ‘tá’? O campo de futebol que era para estar jogando, era para estar brincando e se divertindo, eles estão se matando. Gente vamos acordar! Parabéns para o Professor Fábio. Representou o Prefeito para mim. Muito Obrigado a todos”. **Sra. Sandréia Costa (Moradora da Zona Sul/União Brasileira de Mulheres):** “Boa noite gente! Primeiro eu quero parabenizar a equipe que trabalhou em cima desse desdobramento do Plano Diretor, é óbvio que com algumas ressalvas. Qual é o principal problema que eu vejo nessa questão? É a representatividade do CONCIDADE. Quero parabenizar o companheiro Emanuel que tanto trabalha dentro desse Conselho. Mas, nós estivemos aqui nesse mesmo espaço na Conferência Municipal das Cidades, que era uma Conferência que estava sendo chamada em todo o Brasil, a partir do Ministério das Cidades. E nós discutimos pontualmente cada uma das necessidades do nosso Município. Foi um documento que saiu ‘a muitas mãos’, e nós debatemos amplamente a situação de Porto Velho. Eu gostaria de saber porque esse relatório do CONCIDADE, esse documento da Conferência não está ligado ao Plano Diretor e aos debates que estão sendo realizados aqui? Porque na verdade nós estamos repetindo um debate que já foi feito, que foi construído e nós estamos engavetando, por quê? Porque mudou a gestão, mudou o secretário, mudou a gestão da Prefeitura e não se dá continuidade ao que foi de positivo construído? Então o primeiro passo para que a gente tenha uma cidade organizada é garantir a continuidade das boas propostas. Então dentro desse critério o meu Plano de trabalho foi sobre a mobilidade urbana e é impossível nós discutirmos o Plano Diretor da cidade de Porto Velho sem levar em consideração que não pode ter uma chuva que nós da capital não andamos com carros. Ficamos todos paralisados por conta dos alagamentos que temos na nossa cidade. Sobre a falta de asfalto, o



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Prefeito disse aqui que falta não sei quanto. Eu queria perguntar da gestão do Município de Porto Velho quantos quilômetros de asfalto essa gestão já fez em dois anos, e essa é uma pergunta que eu gostaria que tivéssemos a mais, e que fosse respondido posteriormente, porque é muito fácil. A questão do transporte coletivo, nós estamos sendo ‘massa de manobra’, estamos sendo chantageados por uma empresa porque a Prefeitura simplesmente não lançou o edital e fica ‘postergando e postergando’ essa situação. Como nós discutimos o Plano Diretor, se nós não nos voltamos para o básico que é a mobilidade da nossa cidade? Quantos trabalhadores ficam há mais de quinze dias sem transporte coletivo? Usando moto-taxi, taxi compartilhado, bicicleta ou andando a pé. Quantos deles não perderam dias de trabalho? E quantos alunos nós temos hoje, inclusive na zona rural, que não concluíram o ano letivo de dois mil e dezoito. Então é preciso que a gente faça uma análise mais a fundo, é o que é esse trabalho. Mas se esse trabalho a partir de agora não ‘puxar’ o que nós discutimos na Conferência das Cidades e nós não nos ligarmos, sociedade civil organizada ou não, comunidade e a gestão pública, será impossível avançarmos. Eu quero colocar aqui a fala do ‘Promotor’ é impossível nós falarmos a partir do centro da cidade, nós precisamos ir as nossas periferias, ir as nossas zonas mais afastadas, ouvi-los e estar com eles, para que a gente possa pelo menos direcionar a realidade deles. Porque é muito fácil vir aqui no centro da cidade fazer uma discussão da cidade quando nós não vamos lá naqueles que mais precisam, que estão lá sem creche, sem escola de qualidade, sem o Centro Esportivo, sem uma academia ao ar livre, sem uma praça para que ele possa estar vivendo como de fato um cidadão. É hipócrita nós falarmos aqui de Plano Diretor e construção de uma cidade quando nós não vamos lá ouvir e vivenciar aqueles que sofrem com a realidade da nossa sociedade, principalmente, as mulheres que são as mais afetadas com essas desigualdades. Obrigada!”. **Sra. Poliana:** “Boa noite a todos! Sou estudante do curso de Ciências Biológicas da UNIR, e sou coordenadora geral do Diretório Central dos Estudantes, uma entidade de máxima representação estudantil aqui no Estado. Vou deixar aqui primeiro uma fala do Diretório: A população portovelhense merece atenção e respeito, pedimos que se conjugue o princípio da participação popular, que aqui mostrou inclusive interesse em participar de todo esse processo de discussão. Participei de poucas Audiências Públicas, mas realmente estou surpresa de como funciona na prática, porque poucos estão sendo ouvidos, devido a questão do horário, eu mesma passei o dia na universidade e estou aqui agora. Estou cansada, estou com fome, então não foi desrespeito que alguns estudantes que também estavam aqui já terem ido embora, é realmente o cansaço. É válido o que o professor da UNIRON colocou (Sr. Fábio) porque o ideal é que sejam feitas mais duas Audiências Públicas em horários diferentes e



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

que realmente a população, que a sociedade civil organizada ou não, que a comunidade seja ouvida e respeitada. Achei desagradável o Prefeito Hildon veio até aqui, fez a fala dele que durou vinte minutos, infelizmente eu gravei, e simplesmente saiu sem ouvir a população, sem ouvir o que a gente queria, sem ouvir o que os estudantes vieram aqui para falar. Então assim, deixo o meu repúdio a isso e a fala machista que ele também fez em comparação à mulher. Gostaria também que fosse registrado em ata, um pedido que o Diretório Central dos Estudantes, Centro dos Acadêmicos da UNIR e algumas outras entidades e organizações, um pedido que amanhã será protocolado na Prefeitura com cópia para a SEMTRAN. O assunto é ‘solicitação de agenda, acesso e processo participativo do projeto básico e diretrizes do edital de concessão do transporte coletivo de Porto Velho’. Não foi tratado aqui em questão sobre o transporte público, mas aqui nas perguntas tem a questão da participação social, que é o que eu disse desde o início sobre a Audiência Pública. Que a população deve participar, então sendo breve, o que queremos é agenda de diálogo com a SEMTRAN, para o acompanhamento, monitoramento e controle social do processo de licitação das novas empresas de transporte coletivo, a construção de processo participativo do processo de licitação com a abertura de Audiência Pública para essa finalidade no acesso aos documentos como projeto básico, diretrizes do edital de concessão do Transporte Coletivo de Porto Velho. Porque é nós, a população de Porto Velho, os estudantes da UNIR e os demais estudantes estão sendo prejudicados com o Transporte coletivo de Porto Velho e nada é mais justo do que nós fazermos parte dessa discussão, do que nós fazermos parte da construção desse projeto. Obrigada, agradeço a oportunidade!”. **Sr. Murilo Torres:** “Olá, boa noite a todos! Sou engenheiro civil paulistano, de onde trago a experiência de algumas décadas em trânsito, mobilidade, transporte e planejamento operacional urbano. A minha preocupação e contribuição técnica é relacionada ao sistema viário, eu acho que a gente deveria ter nesse Plano, um aprofundamento maior da hierarquização das vias definindo o enquadramento das vias. Uma experiência que tive aqui, tive uma passagem pela SEMTRAN, e já estou há dois anos aqui. A experiência que a gente tem, eu e minha colega querida ali, é de que as vias de Porto Velho inicialmente foram até bem planejadas, mas tiveram um planejamento mal executado. Então a gente vê caixas enormes totalmente ociosas com ação só na área central. A Prefeitura não define vias e sarjetas e isso está trazendo um outro prejuízo muito grande para o sistema viário. Logicamente, o Plano Diretor tem metas para serem atingidas, e ele precisa contar com esse sistema viário, múltiplo, fortalecido e muito esclarecedor. A gente vê nosso sistema viário sofrido, ruas destruídas, com muita invasão, totalmente sedimentada, que vai trazer problemas para



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

qualquer canto. Então a minha contribuição é um pouco técnica, eu sinto que a plateia está vazia então pego um gancho da fala do Professor, e permita-me apresentar minha conclusão. Eu acho que a ordem das falas é inversamente proporcional a contribuição técnica, sem demérito a ninguém que falou antes da gente. A maioria, os primeiros expositores já não estão mais aqui para escutar a palavra da equipe técnica que eu parabenizo, sei como é ser da Prefeitura, jornada de trabalho, a maior parte dos primeiros colaboradores não estão mais aqui para ouvir. Então agora eu acho que começou a ficar uma Audiência mais técnica, infelizmente a essa hora. Então essa é minha sugestão, estamos à disposição e eu gostaria que isso se prolongasse de alguma maneira, eu acho que a gente poderia talvez como sugestão encurtar o tempo de explicação de como se faz o Plano Diretor que foi muito bem explanado, e partir mais para a manifestação popular que todo mundo precisa falar, e eu acho que as explanações foram boas de todos. E existe essa necessidade de a população falar. Está bom? Obrigado!”. **Vilmar Colete:** “Devido ao adiantar da hora. Faço parte da ASPRO (Associação dos Produtores Rurais de Rondônia) e sou presidente da ASPROCOM (Associação dos Produtores da BR-319) e Alto Mucuí. Então a minha participação aqui é que está falando estratégias para uma Porto Velho sustentável. Então como todo e qualquer princípio, quando você ‘pega’ uma criança para ensinar os primeiros passos, temos que dar aos produtores, a parte fundamental a eles, que é uma cartilha de orientação aos produtores para cada segmento, orientando dentro das normas legais, educando-os da mesma forma que educamos nossos filhos em casa e nas escolas. Então se nós não os orientarmos a usar os produtos de acordo a regulamentação e o desejo, esperando que a natureza nos entenda. Nós temos que entender primeiro a natureza, para termos uma sociedade ambiental, educacional de todos os segmentos, que ela que nos protege de todos os males que estão aí afetando, porque não entenderam a natureza primeiro, colocando várias barragens em locais de deslizamento. E isso a gestão pública de uma forma geral, eu estou falando bastante rápido porque isso aqui depois a gente pode trabalhar em equipe nesses pontos mais fundamentais. Então hoje se fala muito numa série de fundamentos que temos aí grandes problemas, e que a gestão pública de certa forma, teve omissão, digamos por não fazer um pré-levantamento do solo onde foi colocado essas barragens. Não viram se tinha deslizamento, não viram se haveria gente lá embaixo. Primeiro não se pode fazer um grande depósito de subsídios e ‘não sei o quê’ no alto de um morro! Será que alguém pensa que água vai ‘correr’ ao contrário?! Todo e qualquer rio pequeno ‘corre’ para o maior. Se alguém discordar disso, eu vou ter que nascer de novo para falar sobre isso. Então uma Porto Velho sustentável, nós temos que entender primeiro todos, o Micro e o Macrozoneamento, porque se não, nós não vamos fazer nada. Então eu acho que



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

todas as falas que foram feitas aqui, foram de fundamental importância, mas tem que ser ‘locado’ cada tópico desses aqui. A outra parte que diz assim: ‘Cidade com as Florestas e a Água’. Se nós não entendermos a natureza, nunca nós vamos ter nem a floresta e nem a água, porque a natureza não vai nos entender. São Paulo hoje falta água, mas aquelas barragens, eles não estudaram a natureza, que ela não renova mais que a capacidade dela. Ela tem grande sustentabilidade para oito milhões de habitantes, ‘o cara’ vai lá e coloca quarenta milhões e diz que não está chovendo o suficiente para manter aquela quantidade de água. Então nós primeiro temos que entender a natureza. Ela nunca vai nos entender, diferente. Então eu faço isso numa grande reflexão final, que todos tenham esse diagnóstico final: Vamos entender a natureza e não pensar que ela vai nos entender! Porque ela é fonte inesgotável, mas de acordo a capacidade dela. Falou-se aqui que a soja está chegando que nós não comemos soja, quem é que não come frango aqui, de granja? Quem não come suíno? Quem é que não toma leite? Você não come soja diretamente, mas você a come indiretamente, porque ela é ingrediente de toda cadeia alimentar. Você come hambúrguer de soja, você toma leite de soja. Então leve esse pensamento: a natureza nós temos que entender e não pensar que ela vai nos entender. Da mesma forma, nas cidades os gestores públicos, ‘fazem olho gordo’ para o sistema da SEMA, da SEDAM e do IBAMA. Lá nas produções nós fizemos APP, APP e ‘não sei o quê’, ‘não sei mais o quê’, e temos que manter as reservas. Aqui se corta até na beira da vertente da água, então vamos mudar um pouco essa maneira de nós pensarmos que os gestores públicos têm razão. Noventa e oito por cento eles não sabem de nada da natureza. Certo?!”

7. Respostas: O Mediador convidou os Representantes da Equipe Técnica Municipal e da Consultoria do IBAM para fazerem as explanações a respeito das manifestações públicas.

Representante do IBAM: “Vou tocar em alguns pontos, não se vou conseguir comentar todos, embora para mim eu posso ficar até a hora que for. É o seguinte, a primeira coisa que quero falar e acho que a Raísa pode talvez querer complementar, é sobre: várias falas que tocaram na questão da participação, dos espaços de manifestação, e etc. Acho que está correta a manifestação e é muito bom quando as pessoas dizem que querem estar participando, e intervindo, e contribuindo com propostas políticas. Esse é o espírito de trabalho que o IBAM se propõe a fazer, ou seja, é estar aberto para qualquer interrupção de qualquer agente social, e isso que a gente incentiva, propõe e efetua. Nesse caso eu tenho que fazer um registro, porque eu também acho que a gente ter um cuidado na hora de se expressar, porque críticas sempre pode ter, mas o que eu estou acompanhando do processo de Revisão do Plano Diretor, liderado pela Raísa, pelo Emanuel, pelo Diogo e um número muito grande de pessoas da Equipe Técnica da Prefeitura é justamente uma



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

disposição de fazer um processo aberto, entendeu? Agora processo aberto também tem limites porque a reunião tem que ter um horário, tem que ter um local, tem que ter uma data, não pode ser todo dia porque também os funcionários têm outras atribuições. E o pessoal foi nos bairros, o pessoal foi nos distritos. Eu não sei se já houve em Porto Velho um processo, não conheço seu houve um processo de planejamento sem instrumento, tipo um Plano Diretor ou de algumas das políticas setoriais, digamos assim, que tenha tido a quantidade de participação que está tendo esse processo. Pode não ser ainda o ideal, mas eu acho que esse processo representa um avanço. Imagino que os outros processos que virão, não poderão regredir nesse sentido. E está sendo muito bom, porque a gente de fato também mostrando na prática como a gente aprende coisas, indo conversar com as pessoas lá nos bairros, lá nos distritos. Também um outro problema é com relação ao horário, é verdade que a Audiência, que bom que tinham duzentas/trezentas pessoas. Quatrocentas e cinquenta e oito? É absolutamente impossível imaginar que todos vão falar. Não conheço, se alguém conhecer me fala. Eu participo de milhares de audiências públicas dos trabalhos que a gente contribui, eu nunca fui em uma audiência que não houvesse reclamação do horário e do local, em todas tem. Por quê? Porque para uns é melhor que seja a noite e dia de semana, para outros é melhor justamente que não seja a noite e dia de semana, que seja durante o dia, porque tem facilidade de sair do trabalho, ou participa como representante do seu próprio trabalho aí prefere que seja em um horário comercial. Para outros é melhor que seja final de semana, tem gente que diz que justamente não pode ser em dia de final de semana. Então todas as situações existem. Talvez a gente possa mesclar, possa pensar, cada atividade fazer em um dia e em um horário diferente. Acho que pode ter outras audiências, acho que pode ter, mas existe uma lógica na programação. Isso eu queria compartilhar, pegando o exemplo da cidade de Porto Velho. As oficinas nos bairros, tanto para discutir os elementos do diagnóstico e depois as soluções, nos bairros. É preciso ter eventos que são unificados, porque também a gente não está fazendo trabalho de ação no bairro, e se a gente ficar fazendo só reunião no bairro, as pessoas também vão limitar sua discussão ao seu próprio quadrilátero, onde ela mora. É preciso ter os espaços em que a gente discuta a cidade integralmente, precisa ter. Agora, podemos fazer isso também, numa outra, na zona leste, na zona sul, se isso for tão fundamental. Eu só quero ressaltar que tem que discutir de forma integrada, não é discutir a Zona Leste nela mesma, eu quero discutir a Zona Leste em Porto Velho. Tem que ter uma compreensão da cidade de Porto Velho. E eu gostaria também que esses eventos permitam que as pessoas ampliem sua capacidade de compreensão do seu lugar na cidade. Eu acho que esse processo do jeito que está, com falhas, com dificuldades, e etc. tem contribuído,



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

porque é um processo participativo. Será tão mais incisivo, quanto mais a gente conseguir praticar algo. Então é uma atividade cotidiana, não é só no processo de planejamento não, mas também depois do Plano Diretor se constituem espaços para participação da comunidade. Então eu só queria fazer essa pontuação porque eu tenho visto a Equipe Técnica num esforço gigante, e o pessoal está além do seu horário de trabalho para garantir esses estudos”. **Representante da ETM Arq. Raísa:** “Só para complementar à exemplo aqui de Porto Velho, na questão do Setor Chacareiro. As oficinas do Setor Chacareiro foram feitas no domingo pela manhã. Por quê? A população foi consultada e eles disseram que esse seria o horário mais apropriado. Que nesse dia e nesse horário as pessoas iriam participar. Eu estou dando o exemplo do Setor Chacareiro, mas isso aconteceu nas oficinas não só do Distrito Sede como também dos demais distritos. Todos os distritos, a gente entrava em contato com algum representante para ver com a comunidade o melhor dia e o melhor horário, para a gente marcar essas reuniões para poder ter uma quantidade maior de moradores do local para conseguir fazer a atividade”. **Representante do IBAM:** “Bom, eu vou então entrar em alguns pontos que vocês falaram. E são vários, eu não vou ter capacidade de pontuar todos, mas eu anotei. Neste material a gente tem tido como prática consolidar num relato, numa discussão, enfim, e buscado, fazer, fizemos isso já na primeira audiência, de posicionar as intervenções dentro do processo de Revisão do Plano Diretor, das Leis Urbanísticas. O que foi falado aqui são pontos relevantes, são coisas que são vividas na cidade, coisas que são reais, mas que são muito lateralmente relacionadas ao Plano Diretor. A gente precisa separar um pouco as falas que são registradas e relevantes, mas a gente tem que fazer um tratamento delas com relação ao Plano. Eu vou pegar alguns pontos, que de fato acho que tenha muita intervenção, muita incidência sobre nosso trabalho para fazer alguns comentários. Eu não vou fazer por ordem não. Foi muito falado da questão dos vazios e IPTU progressivo. Queria aproximar um pouco dessa questão. A questão dos vazios, estamos de acordo, tem um mapa demonstrando essa questão dos vazios. Tivemos um problema no início do processo do trabalho, que a Prefeitura não dispõe de uma base cartográfica atualizada, não dispõe do cadastro atualizado. Portanto no início do trabalho e ainda até hoje não existe um mapa, por exemplo, de todos os terrenos vazios, essa informação da cidade não temos. Avançamos, e fizemos em conjunto com o departamento, de uma determinada área, onde a gente vai incluir, que a gente já imaginava a aplicação de um instrumento tido como IPTU progressivo. Imaginávamos que ela fosse a área mais provável de ser aplicado esse instrumento. Então conseguimos fazer algum registro dessa informação. Porque não dá gente! O nosso trabalho ele tem uma base técnica que o sustenta, e se não tiver, ele não faz esse sustento.



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Então nós construímos isso, e agora temos alguma referência. Isso vai, do ponto de vista da política agora, da lógica da política, eu estou também de acordo que a gente deve usar o instrumento IPTU progressivo para induzir a ocupação desses vazios. Mas esbarramos em algumas dificuldades que não serão sanadas de imediato. Por exemplo, desses terrenos vazios, muito podem ser públicos, por exemplo, eu não tenho essa informação, se são públicos ou não”. Neste momento, **uma Senhora** que não se identificou, levantou uma questão: “Dentro dessa questão, a gente tem um problema de documentação em todas as zonas da cidade, nós sabemos disso, o que pode ser feito? Porque nós sabemos que até agora não tem sido feito nada, o que pode ser feito para essa catalogação? Quando vai ser feito isso?”. O **Representante do IBAM** prosseguiu: “Tem sido feito. Uma coisa fundamental é a base georreferenciada. Mas tem trabalhos sendo feitos na área de urbanização. Mas o que eu quero dizer é onde que a gente pode ‘cair’ em utilizar esse instrumento, porque a gente não vai cobrar IPTU progressivo de um imóvel público, não tem sentido porque ele já é público, já não paga IPTU. Tem algumas coisas que não são muito claras, no desenho da concepção está correto, mas na prática, eu acho que podem acontecer algumas questões com as quais na hora de implementar o instrumento tenha dificuldade. Tem também uma outra questão, que eu acho menos importante, que não inviabiliza a questão do instrumento, que é o próprio IPTU tem problema em sua cobrança. Existem também algumas discrepâncias na cobrança de IPTU, na base de valor/terreno não ser atualizada, o que faz com que a progressividade talvez não seja uma questão expressiva, mas isso não inviabiliza. Então podem ter algumas dificuldades práticas na implementação desse instrumento. Alguém falou de todos os instrumentos devem ser aplicados. Mas isso eu tenho dúvida, eu acho que deve prever todos os instrumentos, porque eles estão lá no Estatuto da Cidade, não tem porque não ter a previsão deles. Mas tem alguns instrumentos que eu acho que a aplicação deles é muito especial. Como por exemplo a transferência de produção construtiva. Eu não sei se todo mundo entende o que é, mas é um instrumento que eu tenho muitas ressalvas à aplicação desse instrumento, muitas ressalvas. Podemos em algum momento fazer um estudo só sobre isso aí. Acho que aqui em Porto Velho tem dois instrumentos, pelo menos, que tem que ser aplicados e vamos propor que sejam aplicados, vamos propor a regulamentação deles para executar. Que é a Outorga Onerosa do Direito de Construir com Coeficiente de Aproveitamento Básico igual a um. Isso quer dizer que vamos propor que até uma vez a área do terreno se pode construir, acima disso incide uma taxação por meio da Outorga Onerosa do Direito de Construir. Isso é um instrumento importante de justiça social, de redistribuição de recursos dentro da cidade de financiamento do desenvolvimento social. Então vamos propor, vamos tentar isso, pode ter



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

alguns ajustes essa proposta inicial. Um outro instrumento que eu acho importante é o Estudo de Impacto de Vizinhança, esse a gente pode regulamentar. Que é um instrumento que vai me dizer assim: para alguns empreendimentos com atividades mais impactantes, uma série de condições tem que ser cumpridas para ele ser realizado. Isso eu acho que é um avanço que a legislação pode propor fazer aqui a partir da republicação do Estatuto da Cidade. Então, os outros instrumentos, eu iria com mais calma. Se falou aqui também da questão da Conferência ser de três em três anos na questão do processo de acompanhamento. Nossa proposta, mas isso pode ser discutido, é que a Conferência seja a cada dois anos, que é a Conferência de Monitoramento da Implementação do Plano Diretor. Por que a cada dois anos? Para que jamais se confunda com período eleitoral, a não ser que tenha alguma eleição fora de época, mas em regra geral as Conferências não vão estar no meio do processo eleitoral, porque inviabiliza. Então é uma Conferência que não é aquela Conferência do Ministério (que nem existe mais ‘né’?) das Cidades. É uma Conferência do acompanhamento de implementação do Plano Diretor. A questão da Margem Esquerda, que foi um assunto que foi muito falado. Nós não estamos propondo, de maneira nenhuma, que a gente ignore a existência de quem já está na Margem Esquerda. Isso é totalmente diferente de propor que se oriente a ocupação urbana, ou que se intensifique ou que se amplie a ocupação urbana naquela direção. Acho que até simpatizei com aquela proposta da Zona Rural de Interesse Turístico, acho que pode ser mecanismo para lidar com situações existentes. E acho que o controle da ocupação lá na Margem Esquerda é algo relativamente fácil, basta observar. Não está ocupado não precisa agir, e se tiver ocupado tem que agir. É muito mais difícil fazer o controle da ocupação irregular e clandestina na Zona Leste, muito mais difícil, porque é uma área com extensão enorme e que ‘pipoca’ iniciativas cada dia, muito mais difícil, ali na Margem Esquerda é relativamente fácil”. Neste momento a **Professora da UNIR** solicitou a palavra para acrescentar uma reflexão sobre a APA. E enquanto a Professora vinha em direção ao palco, a **Representante da ETM Arq. Raísa Tavares** relatou: “Quando falaram da Conferência, aconteceu sim a Conferência das Cidades em 2016. E nesse momento inclusive foi apresentado o Termo de Referência para a Revisão do Plano Diretor, que daí saiu o Projeto Básico, que é o nosso guia de trabalho hoje. Então a Conferência das Cidades aconteceu em junho/julho de 2016 e a gente está aqui realizando um trabalho que foi iniciado lá e as propostas foram incorporadas no documento”. **Sra. Madalena (Professora da UNIR)**: “Eu gostaria só de acrescentar em relação a APA, que o Professor colocou, mas foi embora. É importante lembrar que essa APA, ela tem uma implicação na questão da exploração do ouro, mineração de ouro. Então o que ele propôs sobre o uso diverso disso tem uma implicação,



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

porque ela vai deixar de ser a APA, uma área protegida por causa do garimpo de ouro, que é uma questão da União, e vai se tornar uma área de turismo. Então é uma sugestão que a gente tem que colocar e refletir a respeito, do que pode ser colocado ali, qual uso pode ser destinado a essa área de proteção, não só ela como as outras, inclusive o Parque Ecológico, que a cidade já está chegando lá perto”. **Representante do IBAM:** “Está certo. É porque na maneira como ele propôs, ao propor ele já delimitou um pouco mais esse entendimento. Bom é, a outra questão, da nossa amiga lá da comunidade do Baixo Madeira, acho que ela já foi embora. Ela tem toda razão nos pontos que ela levantou e no apelo que ela fez, há aquilo que nós estamos levantando como estratégia fundamental de planejamento do território, que é maior presença do setor público nos distritos. Na verdade, o que ela está reivindicando, a resposta que a gente está desenhando, constituindo no Plano é nesse sentido. É claro que ela traz questões que exigem ação imediata, mas o Plano Diretor não é um plano de ação imediata, embora ele possa conter ações que sejam de curtíssimo prazo, emergenciais. Ele não é um auxiliar do Plano de Governo. Ele é um Plano de Planejamento, de longo prazo. E ele não é nem mesmo um plano para dez anos. É bom fazer essa distinção. O Plano Diretor é um Plano de longo prazo. Ele vai ser revisto obrigatoriamente pela legislação vigente no mínimo a cada dez anos. Então daqui a dez anos o Plano que fizer hoje pode estar valendo ainda. A equipe que fará daqui a dez anos, pode entender que as diretrizes estão legais e ‘toca o barco’. Ai o Plano continua valendo, não é um outro Plano que vai ser feito necessariamente, é a Revisão dele. Mas agora tem várias coisas desse processo aqui que elas vão se implementar em um longuíssimo prazo. Entendeu? Porque ela orienta a política. Esse é meu ponto, temos que fazer a distinção das coisas e ele também não é o Plano Setorial. Muitas das solicitações que foram feitas com toda a razão, em relação às questões, por exemplo de mobilidade, mas também de saneamento, e a mobilidade está muito na ordem do dia no Município por razões óbvias. Mas muitos dos aspectos sobre essas políticas setoriais devem estar contidas nos Planos Setoriais. O *status* do Plano Diretor para esses temas setoriais são: Diretrizes e Avanço, que eu digo, conciliar essas diretrizes setoriais com estratégias de Uso e Ocupação do Solo. Agora, uma série de outros assuntos operacionais dessas políticas vão ser tratados nos Planos Setoriais. Não dá para tratar no Plano Diretor, começa a se confundir tudo, quer fazer tudo e no fim não faz nada. Existe o problema que o Município não tem o Plano de Saneamento e nem o Plano de Mobilidade. Mas se eles vão ser feitos depois do Plano Diretor, tudo bem! O Plano Diretor existe hoje e vai ser feito. Se já tivesse o Plano de Saneamento e de Mobilidade, o Plano Diretor seria revisto com essa condição, entendendo esses instrumentos”. **Representante da ETM Arq. Diogo:** “Eu só queria



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

fazer uma ponderação a respeito do comentário da nossa colega que se manifestou aqui sobre a questão da área, do reassentamento das comunidades atingidas, queria fazer uma ponderação. Falando que nesse processo de Revisão do Plano Diretor, pela primeira vez a gente tem pontuado, não só a localização como a caracterização de cada Distrito, seja aqueles que estão no eixo da BR, seja aqueles que estão no fluxo do Madeira (Baixo Madeira), como também das Localidades dentro de cada Distrito. Se tem um trabalho que foi feito com muito apreço foi visitar cada uma das localidades de cada um dos distritos. Então a questão ribeirinha, o Professor Detoni também colocou que não haveria uma questão ribeirinha. Eu acho que a questão ribeirinha está muito bem retratada dentro desse Plano, dentro desse diagnóstico e dentro dessas propostas. Melhor do que isso, só através de uma participação continuada dos produtos que estão por vir. A questão ribeirinha, como também a realidade, porque é outra realidade dos distritos que estão no eixo da BR, estão muito bem colocados”. **Representante do IBAM:** “Um outro ponto que queria levantar aqui, que alguém falou sobre garantir a questão do povo indígena, dos ribeirinhos das comunidades tradicionais, etc. A gente compartilha dessa preocupação, acha que devemos no Plano Diretor avançar sobre essas comunidades, e isso a gente já está fazendo. Porque veja bem, esse produto, objeto de discussão dessa Audiência, é o Produto 4, que foi entregue lá em dezembro, foi disponibilizado para consulta no início de janeiro, era para ter sido debatido na Audiência aqui na Sede no início de fevereiro, mas foi adiado para hoje. A gente avançou em vários desses pontos que estamos discutindo aqui. Um deles é esse, a gente já avançou bastante na ideia de propostas de Macrozoneamento e de criar alguns setores para dar destaque a essas populações, que é o papel delas desempenhar, justamente, naquela perspectiva de proteção da floresta, da proteção desses arranjos socioambientais que elas representam. Um outro ponto que o colega levantou sobre o Belmont. Não sei se ele está aqui. A questão é o seguinte: ele foi considerado. Me parece que nos condicionantes de zoneamento urbano. Então nas primeiras telas que aparece (apresentação de *slide*) condicionantes de zoneamento urbano, justamente, há as atividades portuárias que são desenvolvidas aqui, ao longo, ou melhor, para frente da cidade. O que acontece, a realidade é o que está lá ‘né’?! A lei vigente hoje não diz que aquela área do Belmont é zona portuária. A lei vigente hoje diz que zona portuária é ali onde está o Porto Organizado (a SOPH). Lá onde estão esses outros portos do Belmont é área de expansão urbana, porque o conceito de expansão urbana é esse de cinco quilômetros do perímetro urbano, que é uma coisa que nós consideramos muito discutível. Aliás o Plano Diretor de dois mil e oito já tinha dito também que não era para ser assim. Só que existe uma situação, de fato, existem os portos ali instalados”. **Sr. João (MAB):** “Mas existe um



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

Decreto Federal que define aquela zona como Zona de Processamento de Exportação – ZPE”. O **Representante do IBAM** continuou: “Toda aquela área?”. **Sr. João (MAB):** “Existe um perímetro”. O **Representante do IBAM** prosseguiu: “Eu não conheço esse decreto. Só para concluir: Então a gente colocou ali, só para responder sua questão, a gente está considerando ali. Eu estava em dúvida de como lidar com aquilo ali, o que deve se orientar daqui para frente. Uma coisa que eu tenho dúvida. Essas atividades portuárias causam um impacto brutal na cidade, disso não tenho dúvida, porque o acesso é completamente mal resolvido, então é um problema. Tem as condições ambientais naquela área, que são bastante complicadas. E acho que vamos precisar conversar um pouco mais para se adequar com o que temos naquela área. Existe uma outra discussão que é o Portochuello, que também vem nessa linha. O Plano Diretor não diz que aquela área é área portuária, mas existe lá uma atividade já instalada, entendendo que existe uma expectativa grande da cidade, do Município que tenha, que se consolide lá como área portuária. Para isso é preciso cuidar dos impactos que produzem, não dá para se fazer de qualquer maneira. E se vai ter uma nova área portuária, eu acho razoável que se restrinja a atividade portuária junto a cidade, não digo o Porto Organizado, que é e sempre foi dito como provisório. Outra situação do Porto do Cai N’água, na verdade é uma questão para ver como tratar no zoneamento. Eu entendo que o Porto do Cai N’água tenha uma função completamente diferente daqueles outros. Ele está dentro de um ambiente que tem a ver com a área histórica da cidade. Eu acho que não dá para dissociar ele de uma compreensão daquela área histórica. Acho que ali a gente tem que ter também de como regular aquela atividade, não querendo questionar a existência dele ali, mas é um assunto que deve se ter uma discussão”. **Sr. José Márcio (ANTAQ):** “A questão que a gente está colocando é exatamente. Houve até um acerto no seu discurso, porque você diz assim: ‘a área do Portochuello não está dentro do Plano Diretor da cidade atual e área do Belmont também não está’. Então é ‘ponta a ponta’. Então você tem duas zonas críticas, uma que vincula o Portochuello e a outra que também poderia estar vinculada. É isso que a gente coloca. Porque ‘dentro da letra F’ ali das diretrizes gerais, está ali que Porto Velho é colocado como um ponto logístico estratégico. E, o é, porque o porto de Porto Velho, naquela área do Belmont, é um *hub* de exportação. Ela supre quatro estados: Amazonas; Acre; Rondônia e Mato Grosso. Se não tivermos aquela estrutura ali, nós não teremos avião, porque o combustível é dali, não teríamos os postos de gasolina funcionando, nós não teríamos economia girando. Então a importância daquele espaço, ele deve ser acolhido pela Prefeitura, como uma forma de contribuição econômica do próprio desenvolvimento futuro, que é o que o Plano Diretor pretende atingir”. **Representante do IBAM:**



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

“Então a minha dúvida é o seguinte. E também voltando, existe uma situação de fato ali, se a gente disser no Plano Diretor que não pode ter atividade portuária ali, aquelas atividades não vão sumir do dia para a noite. O que eu acho que temos que discutir é qual é a perspectiva de futuro, porque dependendo esse futuro pode ser bom, porque o planejamento de atividade portuária são atividades de longo prazo. Eu vou dizer o que eu acho simpático, eu acho simpático se pensar que as atividades portuárias, trabalhando que a hipótese de que aquela área do Porto Chuello é uma área de atividade portuária, eu acho simpática a ideia de deslocamento de parte das atividades que estão grudadas na cidade para outro lugar ao longo do Rio, isso com o tempo, isso não vai ser imediato. Mas se não for essa a diretriz geral, qual é a alternativa? É manter aquela atividade ali, com impacto brutal sobre a cidade? Sobre o funcionamento da cidade. Porque a circulação é altamente impactada e aquela área num grau de precariedade bastante grave”. **Sr. José Márcio (ANTAQ):** “Se não considerar ela, fica mais complicado”. **Sra. Rosália:** “Eu estava verificando até onde eu dei uma estudada no Plano, eu quero aqui ver a possibilidade de a gente estar discutindo uma forma de melhorar aquelas palafitas ali na Balsa, no bairro São Sebastião I e II, perto da ponte, perto do Bairro Nacional. Se a gente está discutindo no Plano sobre congelar o adensamento para lá, se fizer um investimento naquela área para que as famílias continuem ali, até porque são verdadeiros ribeirinhos. Se a gente amadurecesse essa questão dentro do Plano Diretor também. Outra questão é com relação a Margem Esquerda. As famílias que moram do outro lado do Rio, fazer um geoprocessamento onde já está ocupado. Não é a Prefeitura que vai ter que dizer se vai ou não atender essas famílias, e sim a demanda que tem que estar dentro do Plano Diretor. O Prefeito ano que vem pode se reeleger ou não, aí vem outros. As pessoas que moram lá, todas trabalham aqui em Porto Velho, portanto essas têm que ter um atendimento, por mais que não estejam pagando seus impostos territoriais lá. Mas eles pagam seus impostos de uma forma ou outra aqui em Porto Velho, porque eles trabalham, porque são funcionários públicos, ou comerciantes, ou ambulantes, eu não sei, a maioria trabalha aqui. Então essa questão lá da 319, onde tem o loteamento, ele precisa atender essa demanda, e também verificar com a Câmara de Vereadores essa questão junto com o Plano de Habitação, o Plano de Saneamento o Plano de Mobilidade. Que essa demanda da 319 seja incluída dentro do nosso Plano Diretor. Não pode ser omissa com isso. Obrigado!”. Na sequência, o Mediador colocou a importância de realizar o encerramento da Audiência por já haver extrapolado o horário previsto para a duração da Audiência em uma hora e vinte e cinco minutos. Antes de finalizar ele perguntou aos munícipes se havia alguém presente que tinha utilizado o método de manifestações pela papeleta e duas pessoas levantaram o braço (Sr.



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

Benjamin e Sr. Anderson). A **Representante da ETM Arq. Raísa** leu as colocações dos munícipes presentes: “A pergunta do Sr. Benjamin foi: ‘Por que a Secretaria de Finanças não estava presente no Plano Diretor’? É isso?”. **Sr. Benjamin:** “Isso. Porque para o Plano Diretor ter uma ação é necessário ter o orçamento, a Secretaria tem que estar junto para que esse Plano tenha mais força e rapidez”. **Representante da ETM Arq. Raísa:** “Isso. Você está certo sim. E respondendo sua pergunta, a SEMFAZ que é a Secretaria de Fazenda está participando sim. Tinham alguns representantes aqui e eles estão participando desde o início da Revisão. Eles estão participando sim, participam inclusive da coordenação de trabalho”. Posteriormente, ela leu a colocação do Sr. Anderson Pereira: “Deixou aqui uma opinião de criar um diálogo mais próximo ao público, tanto nos slides quanto na explanação dos assuntos. Uma capacitação da Equipe nesse quesito seria a solução. Por mais que haja muito público universitário, temos que respeitar a ‘dona Maria’, dona de casa que teve acesso à educação de qualidade isso facilitaria o aproximo dos demais públicos ao projeto”. A **Representante da ETM Arq. Raísa** agradeceu a sugestão do munícipe e disse que a Equipe entende essa necessidade, explicando que anteriormente às Audiências, foi realizado um esforço para simplificar a apresentação, tentando facilitar a compreensão do público. Mas destacou que realmente algumas questões são muito técnicas. Explicou que é um processo, e tiveram atividade anteriores, que inclusive ele participou de algumas, que a linguagem era mais simples, frisando a importância da participação da comunidade em todas as etapas. O Mediador falou brevemente da com relação a participação do CONCIDADE no processo de Revisão do Plano Diretor. Lembrou que o Representante do IBAM em sua apresentação pontuou que uma das reestruturações será a do CONCIDADE, para que ele possa ser ampliado para uma participação maior dos Distritos sua composição e ser fortalecido na sua estrutura e atuação. **Sr. João (MAB):** “Eu queria incluir, que teve a discussão do porto e na primeira reunião que tivemos, nós colocamos que uma das grandes preocupações nossas com a cidade de Porto Velho é a expansão da zona portuária. E a gente tinha comentado naquela reunião que existe esse Decreto (mencionado anteriormente) que institui ali uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE, então acho que isso é importante estar no Macrozoneamento. Muitas vezes o Município não sabe o que tem no Município. Uma rede do âmbito econômico que faz uma ‘vitrine’ do Estado de Rondônia para o capital privado investir na região. E um dos principais, objetos que estão nessa ‘vitrine de investimento’ é a Zona de Processamento de Exportação – ZPE, que é uma das maiores plataformas de exportação de *Commodities* do Planeta. Aqui vai passar a soja que vai para China, a soja que vai subir a hidrovia e vai para Europa, aqui nós estamos do lado do Mato Grosso, se vai



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM Equipe Técnica Municipal – ETM

passar por aqui existe um planejamento que vai além do Município, além do Governo Federal. Tem várias Corporações pensando nisso e isso envolve a especulação imobiliária do entorno dessa região muito grande. Vai ter gente querendo construir estacionamento, vai ter gente querendo construir silo. E a do Baixo Madeira ‘vai ser com força’. Já tem gente sendo expulsa de lá para dar área para outras pessoas de poder investir na região. Então eu estou aqui com uma preocupação especial sobre como agir com aquilo ali. Porque é o Presidente da República que assina, elaboraram o Decreto antes, eu não lembro agora exatamente, mas teria que colocar as marcações das coordenadas ‘né’?! Pegar no decreto e transpor para esse mapa”. **Representante da ETM Arq. Diogo:** “Só para deixar claro essa ZPE está inserida quando falamos de Porto Chuello. Então todas essas questões que você está falando estão sendo consideradas no Complexo como um todo”. **Sr. João (MAB):** “Talvez seria interessante fazer uma forma de tributação do Município dessa geração econômica que vai acontecer aqui, porque ‘as pragas vão passar’ com maior intensidade pelo Baixo Madeira, vão passar pelas comunidades ribeirinhas, vai espantar a fauna, vai atingir a comunidade pesqueira, a intensidade do banheiro. Porque a promoção da atividade portuária aumenta a intensidade do Rio, a intensidade da navegação, aumenta o fluxo de caminhões para Porto Velho. Será que não seria interessante uma tributação para que a gente não seja só um ponto para levar soja para outros países?!”. **Representante do IBAM:** “Bom voltamos à conversa! Essas questões todas, a gente tem sempre que tentar pensar o que o Plano Diretor pode intervir nesse processo? Talvez possa ser um ‘pouco ingênuo’, mas eu acho que a gente está conseguindo avançar, primeiro tem uma série de diretrizes para o território, essa compreensão mais estruturada de todo o território do Município como um todo... Eu acho que isso é um ganho para o Município, que isso esteja expresso dentro de uma lei municipal que é a lei principal, fundamental de planejamento do território. Então isso é pretendemos que esteja lá e vamos colocar, uma série de diretrizes de proteção da floresta, das comunidades tradicionais, etc. e tal. No Macrozoneamento, a gente pode definir, demarcar algumas macrozonas, onde vão ter limites definidos. A gente está avançando numa proposição, em que dá uma ênfase muito grande à relevância de toda aquela região do Baixo Madeira, na linha do que o Macrozoneamento da Amazônia trata daquelas áreas que são chamadas de ‘coração florestal’, que Porto Velho está fora. Porque na perspectiva da Amazônia, Porto Velho está na ‘periferia do coração florestal’. Mas na perspectiva de Porto Velho, aquela região do Baixo Madeira, é o coração florestal do Município. Então a gente está tentando trazer essa noção, ampliar uma figura, para que demarque aquela área com todas as preocupações que envolvem então a proteção local. Em relação à área portuária... Eu confesso a minha



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

ignorância, porque eu não sabia que tinha uma área demarcada num decreto, tendo que incorporar, evidentemente, isso no trabalho. Mas eu tendo a achar que a gente não deva demarcar uma zona portuária com limites claros como portuária. A gente deve indicar uma localização e estabelecer uma série de condições que o Município deva exigir para a implantação de atividades portuárias, claramente um planejamento específico e integrado da área que vai ser a área portuária. O que vai ser, qual a área que ela vai ter e como vai tratar os impactos que ela vai produzir. Então que acho que isso a gente deve não ‘amarrar’ tanto a limites, mas a tentar construir um roteiro para que o Município possa ser um agente capaz de dialogar nesse cenário aí, que realmente, ‘vem’ decisões que estão completamente fora da esfera municipal. E, o Município tem que entrar, justamente, com a discussão de interesses locais e eu acho que ‘dá para ser por aí’, é nesse sentido que a gente está tentando abordar este tema”. **5. Encerramento:** O Mediador comunicou que a ata que será lavrada e publicada no endereço eletrônico (<https://planodiretor.portovelho.ro.gov.br/>). Acrescentou que o processo de Revisão terá prosseguimento com a consolidação do documento levando-se em consideração as contribuições ocorridas nessa Audiência. Comunicou ainda que qualquer dúvida, colocação ou solicitação de informações podem ser feitas diretamente na SEMPOG ou pelo endereço eletrônico (planodiretorpvh2018@gmail.com). O Mediador agradeceu em nome da ETM, CONCIDADE e IBAM a presença de todos, mostrando sua satisfação com a participação da comunidade e declarou encerrada oficialmente a Audiência Pública. **Texto da INFRAERO:** Na Audiência Pública de hoje, sugere-se que a Infraero solicite que seja registrado em ata que tomou conhecimento do "PRODUTO 4 DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES" **1.** Que a Infraero tem previsão de ampliar a pista de pouso e decolagem (PPD) atual, de 2.400 para 3 000 metros, na direção do Centro de Porto Velho, e de construir uma 2ª PPD, conforme o Plano Diretor do aeroporto, figura 6- Implantação Final (figura anexa), como é de conhecimento da Prefeitura Municipal de Porto Velho (PMPV). **2.** Que, embora essas obras do aeroporto não tenham prazos definidos (porque dependem do aumento do movimento), o uso e ocupação do solo no entorno do aeroporto precisa estar disciplinado desde agora para a situação futura do aeroporto, para evitar o surgimento ou agravamento de conflitos urbanísticos entre o aeroporto e o entorno. **3.** Que não apenas a Zona do Aeroporto deverá ter parâmetros urbanísticos e critérios de uso e ocupação do solo ou construtivos compatibilizados com os "estudos do Plano de Integração Operacional Urbana do Aeroporto de Porto Velho e do Plano Específico de Zoneamento de Ruído do aeroporto, mas, também, outras partes do território municipal (urbanas e rurais), para cumprimento da legislação e da regulamentação federal (ver referências abaixo). **4.** Que as outras partes do território municipal



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

acima mencionadas se dividem em duas grandes áreas: **a)** Área Principal, cuja limite está a 6 quilômetros de distância das futuras duas pistas de pouso e decolagem (PPD) (o comprimento final de cada PPD será de 3.000 metros). A distância de 6km deve ser medida a partir de cada cabeceira de cada PPD, em dois semicírculos unidos por retas paralelas ao eixo da PPD (Corresponde ao limite externo da Superfície Cônica do PZPA); **b)** Área Complementar, cuja limite externo está a 20 quilômetros de distância das duas PPD na qual os impactos devido ao aeroporto são menores (Corresponde ao limite externo da Superfície Cônica do PZPA). Corresponde ao limite externo: **1.** Que o novo Plano Específico de Zoneamento de Ruído do aeroporto (PEZR) já está aprovado e registrado na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foi fornecido à PMPV, tem impacto sobre o Centro e outros bairros e deveria ser incorporado a legislação e normas urbanísticas municipais. **2.** Que a Infraero e a Prefeitura Municipal estão em tratativas para a realização de reunião técnica para discussão da inserção, no projeto de lei de atualização do PDPM ou em normas municipais, de textos e figuras que abordem os requisitos de operação e segurança do aeroporto e seus impactos urbanísticos. As referências legais e regulamentares federais dos requisitos de operação e segurança do aeroporto com impactos urbanísticos são: **1.** Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986-Código Brasileiro de Aeronáutica; **2.** Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos e define a Área de Segurança Aeroportuária ASA; **3.** Regulamento Brasileiro de Aviação Civil RBAC nº 161, Emenda nº 01, de 28 de setembro de 2011, emendado em 13 de setembro de 2013, da Agência Nacional de Aviação Civil ANAC, que trata dos Planos de Zoneamento de Ruído de Aeródromo PZR; **4.** Regulamento Brasileiro de Aviação Civil-RBAC nº 164, de 29 de maio de 2014, da Agência Nacional de Aviação Civil ANAC, que trata do Gerenciamento do Risco da Fauna nos Aeródromos Públicas; **5.** Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015, do Comando da Aeronáutica COMAER, alterada pela Portaria nº 1.168/GC3, de 07 de agosto de 2018, que dispõe sobre restrições a objetos projetados no espaço aéreo que possam afetar adversamente a segurança ou a regularidade das operações aéreas define os Planos de Zona de Proteção do Aeroporto PZPA, das Rotas Especiais de Aviação e Helicópteros PZPREAH e dos Auxílios à Navegação Aérea PZPANA e as áreas de proteção contra atividades de natureza perigosa para a aviação, da Aeronáutica PCA 3-3- Plano Básico de Gerenciamento de Risco de Fauna de 23 de maio de 2018, do Comando da Aeronáutica – COMAER. Obrigado! PAULO SERGIO RAMOS PINTO (Analista Superior IVI Arquiteto e Urbanista). Eu, Camila Fávero Loss *Camila Fávero Loss*, servidora do Município de Porto Velho atuo e lavro esta Ata. Porto Velho, 19 de fevereiro de 2019.



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

Encaminhamentos:

- A Sra. Sandréia solicitou quantos quilômetros de asfalto a atual gestão já executou e ressaltou as dificuldades do Município quanto à mobilidade e à precariedade do transporte público e escolar.
- A Sra. Niédja (funcionária pública e moradora da Zona Sul) solicitou a possibilidade de ocorrer um outro encontro e de que tivesse, uma hora para cada tema, ou uma hora e meia para cada tema explanado, com a convocação da população antes da próxima Conferência ou audiência. Disse que era importante outro momento de discussão devido à complexidade do trabalho para um horizonte de dez anos.
- O Sr. João (MAB) propôs que a Prefeitura investisse uma parte pequena dos *royalties* para implementar o diagnóstico social, econômico, ambiental e cultural, que é um diagnóstico criado com a metodologia oficial pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), pelo Governo Federal, para levantamento da dívida do passivo social das regiões atingidas por barragens, para posterior cobrança dos empreendimentos das Usinas de Jirau e Santo Antônio. Solicitou que a Prefeitura ‘tome à frente’ da discussão sobre o processo de elaboração dos Planos de Segurança. Para que eles sejam um processo participativo e não um documento apresentado simplesmente pelo empreendedor. Quanto à questão portuária, ele sugeriu a possibilidade de se fazer uma tributação para os produtos que são/serão escoados pela hidrovia do Madeira, para que o Município não seja apenas “um ponto para levar soja a outros países”.
- A Sra. Mariane (Coletivo Popular do Direito à Cidade) fez algumas propostas em nome do Coletivo Popular do Direito à Cidade. Solicitou que sejam incluídos no Plano Diretor todos os instrumentos urbanísticos que estão contidos no Estatuto da Cidade. Propôs o fortalecimento da gestão democrática da cidade com a efetiva atuação do Conselho da Municipal da Cidade e demais conselhos. Mencionou que é preciso garantir a participação equitativa e justa das mulheres nas políticas públicas de desenvolvimento urbano e territorial, de forma a superar ainda a gritante desigualdade de gênero, principalmente, ao que se refere às políticas de habitação, regularização fundiária, transporte público, espaços públicos e ampla participação política social. Falou da necessidade de garantir um processo de uso e ocupação do solo territorial, na definição do zoneamento, áreas para agricultura familiar sustentável, a base da agroecologia com fundamentos dos conceitos agroecológicos, que resultem na produção de alimentos e o fomento às economias populares. E solicitou que Plano Diretor esteja em comunicação e conexão com as políticas públicas setoriais.
- A Sra. Miraci (ASCOMPAQUE) disse que representava uma comunidade do Baixo Madeira,



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

chamada Curicacas. Ela falou que na sua comunidade, eles não têm escola, nem posto de saúde, não tem moradia e vivem em situação precária. Disse que estão na Localidade de Cavalcante, desde dois mil e quatorze, pois foram morar lá para ‘fugir da Cheia’. Disse que estão lá desde essa época e nem a “localização para construir uma casa decente” lhes foi apresentada. Elogiou o Plano Diretor, mas falou que a apresentação foi muito prolongada prejudicando o tempo para a participação da população. Finalizou sua fala dizendo que as necessidades da sua comunidade são básicas e emergenciais.

– O Sr. Emerson (SINDUSCON/RO) propôs a verticalização da cidade e disse que o SINDUSCON está à disposição para compartilhar os conhecimentos para melhorar a cidade.

– O Sr. Josenir Detoni (Associação de Moradores do Maravilha) fez uma proposta quanto à ocupação da Margem Esquerda. Ele disse que há na região uma Área de Proteção Ambiental (APA). Ele propôs que a APA, “que é um quilômetro mais ou menos da Margem”, seja declarada como Zona Chacareira de Interesse Turístico – ZCIT. Disse que desta forma, se terá “preservado aquela área, que os ribeirinhos terão recursos e Porto Velho vai ganhar uma Zona de Turismo que tanto precisa”.

– O Sr. Novoa (Professor da UNIR) reforçou a intervenção do Professor José Detoni e ressaltou que Agricultura Familiar, Zona Chacareira e Turismo Alternativo não é expansão urbana e não é perímetro urbano. Falou que a área de Zoneamento Especial é área de proteção ambiental e cultural, é diferente de perímetro urbano e que essas questões precisam ficar claras nesse Plano Diretor. Em relação ao próprio papel da cidade na Amazônia, ele disse que é dessa forma, que o Município “vai provar se pode ou não cumprir esse papel”. Fez uma manifestação questionado se Porto Velho continuará sendo “ponta de lança” da devastação da Amazônia como tem sido nas últimas décadas; Apêndice de Ciclos passageiros; Eixo de Energia ou Eixo de Transportes, ou se será uma Cidade sofisticada, voltada para o Conhecimento, para Gestão Ambiental, capaz, portanto de reordenar o Desenvolvimento da Amazônia”. Em relação às Usinas, sugeriu o protagonismo do Município no planejamento de riscos que envolve a população. Disse que o “Plano de Segurança de Barragens assim como o Plano Básico Ambiental precisa estar inserido em algum tipo de espaço transversal interinstitucional, de forma que a população tenha acesso às informações e acesso às decisões que afetam suas próprias vidas”. Propôs que os *royalties* sejam investidos em setores que gerem autonomização no Município, como educação e desenvolvimento sustentável. Falou que é preciso pensar em processos que sejam criativos e criadores de capacidades e de potencialidades para o Município.



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

- O Sr. Xavier (Vila Princesa) falou que a Vila Princesa é um lixão a céu aberto e apresentou as demandas da comunidade: água tratada, melhoria no posto de saúde, segurança, atenção melhor para a escola, saneamento, transporte público e atendimento pelo SAMU. Registrou o descaso com aquelas famílias pelo poder público e sociedade, e disse que eles querem ser reconhecidos e ter dignidade para trabalhar.
- A Sra. Valdirene (Coletivo Popular Direito a Cidade) reforçou sobre o combate à especulação imobiliária, aos terrenos baldios, aos condomínios fechados; à elaboração de forma participativa e popular das políticas e Planos Setoriais; à garantia no processo de Zoneamento as Zonas Especiais voltadas para a proteção e promoção das Populações Indígenas, Ribeirinhas e Tradicionais e o congelamento do perímetro urbano. Ela solicitou a priorização e formulação de políticas públicas culturais de esporte e lazer, que garantam o acesso para as crianças ao espaço de brincar, convivência social com segurança; a implantação de políticas públicas ambientais que sejam eficazes voltadas para recuperação e conservação dos Igarapés e Rios; a adoção de medidas para combater o avanço desenfreado da produção de soja, (instrumentos de monitoria e fiscalização) e a implantação de ações, projetos e programas que promovam a Agricultura Urbana para a produção do alimento livre de agrotóxicos, de base orgânica em área ecológica como um instrumento que promova a segurança ambiental e nutricional da população de Porto Velho.
- A Sra. Rosália (CONCIDADE) propôs que a Prefeitura comece a aplicar o IPTU progressivo aos proprietários dos vazios urbanos. Solicitou que fosse realizado um “debate com essa amplitude” na Zona Sul e Zona Leste. Sugeriu a possibilidade de discussão sobre uma forma de melhorar as palafitas na Balsa, no bairro São Sebastião I e II, próximo à ponte e perto do Bairro Nacional. Quanto à Margem Esquerda, falou que se deve fazer um levantamento (‘geoprocessamento’) das famílias que moram do outro lado do Rio, e disse que elas devem ser atendidas pela Prefeitura. Quanto à questão dos loteamentos da BR-319, solicitou que as demandas dessas pessoas estejam contempladas no Plano Diretor e que este assunto seja discutido na Câmara de Vereadores junto ao Plano de Habitação, de Saneamento e Mobilidade.
- O Sr. Emerson (Morador da Zona Sul) reforçou a proposta de se fazer audiências públicas na Zona Sul e Zona Leste. Falou a respeito do tráfego de carretas na zona portuária, que causam grande transtorno em termos de mobilidade e disse que a decisão sobre o uso das compensações das Usinas deveria ser tomada de forma participativa (orçamento participativo).
- O Sr. Fabio (Defensor Público) sugeriu que na próxima audiência se fizesse uma oficina à tarde ou mais cedo, de 17h30min à 20h, para que as pessoas que quisessem participar detalhadamente da



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

explicação poderiam vir nesse horário, e que a plenária fosse exclusivamente para ouvir a população. Propôs também que houvesse dois eventos, um mais técnico e outro mais voltado à população, para que o público pudesse decidir se viria nos dois ou não. Sugeriu que se limitasse as falas essenciais das pessoas que fazem a abertura da Audiência ou se deixasse para o fim do evento. Reforçou a proposta de se fazer uma audiência pública na Zona Sul, Zona Leste e citou ainda o Setor Chacareiro. Em relação aos ribeirinhos, sugeriu que se delimitasse a Zona de atingimento das cheias para obrigar o Poder Público a tomar medidas emergenciais e não paliativas. Falou que em vez de se colocar Economia Criativa no Plano, alterar para um termo mais amplo como: Economia Ecológica ou Economia Verde. Propôs a Integração das Instituições de Ensino Superior à cidade, com projetos de extensão e compartilhamento da biblioteca por meio do Plano de Mobilidade. Quanto ao monitoramento de riscos, disse que no Plano Diretor é necessário que estejam as preposições concretas a esse respeito. Citou a necessidade de Regularização Fundiária, a aplicação do IPTU progressivo para as regiões centrais e disse que encaminharia sua conclusão via ofício.

– O Sr. José Márcio (ANTAQ) propôs a inclusão da área do Belmont e do Terminal de passageiros na zona portuária, como condicionante do Macrozoneamento, não apenas o Portochoello. Ressaltou que o Município precisa delimitar essa área de forma correta, de acordo com a sua produção e do seu escoamento de produtos.

– O Sr. Átila (Morador da Zona Sul) propôs que se faça um terminal de ônibus no Centro e um Terminal no Bairro Ulisses.

– A Sra. Poliana (Estudante da UNIR) reforçou o pedido de se fazer mais duas audiências públicas em horários diferentes para garantir maior participação da população. Fez um pedido em nome do Diretório Central de Acadêmicos da UNIR para que constasse em ata, que seria protocolado no dia seguinte na SEMTRAN, cujo o assunto é solicitação de agenda, acesso e processo participativo no projeto básico e diretrizes do edital de concessão do transporte coletivo de Porto Velho’.

– O Sr. Murilo Torres (Engenheiro Civil) falou a respeito da sua preocupação em relação ao sistema viário de Porto Velho. Disse que deveria ter no Plano um aprofundamento maior da hierarquização das vias, onde se definiria o enquadramento delas. Também sugeriu que o tempo de exposição do Plano Diretor (por parte da Equipe Técnica e Consultoria) fosse diminuído para que a população tivesse mais tempo para se manifestar.

– O Sr. Vilmar Colete (ASPRO/ASPROCOM) solicitou que fosse oferecido aos produtores rurais uma cartilha com orientações sobre normas legais, para utilizarem os produtos rurais



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

adequadamente (educação ambiental na área rural).

– O Sr. Anderson sugeriu que se crie um diálogo mais próximo ao público, tanto nos slides quanto na explanação dos assuntos. Falou que ‘uma capacitação da Equipe nesse quesito seria a solução’.

– O Representante do IBAM falou que podem ser realizadas audiências na Zona Leste e Zona Sul, porém ressaltou a necessidade de eventos unificados para que se discuta o Município de forma integrada. Sobre a questão dos vazios urbanos, relatou algumas dificuldades que a Prefeitura pode enfrentar em termos práticos para a implementação do IPTU progressivo. Quanto aos outros instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, disse que acredita que em Porto Velho dois instrumentos precisam ser aplicados: Outorga Onerosa do Direito de Construir com Coeficiente de Aproveitamento Básico igual a um e o Estudo de Impacto de Vizinhança. Quanto à ocupação da Margem Esquerda, mencionou que “simpatizou” com a proposta da Zona Rural de Interesse Turístico, podendo ser um mecanismo para lidar com as situações existentes. Na questão portuária, disse que acredita que deve ser indicada uma localização e ser estabelecida uma série de condições que o Município exija para a implantação de atividades portuárias. Mencionou que deve haver claramente um planejamento específico e integrado da área portuária. Falou que acredita que não se deva “amarrar” tanto a limites, mas a tentar construir um roteiro para que o Município possa ser um agente capaz de dialogar nesse cenário. Pois ressaltou que as decisões em relação à área portuária são tomadas numa esfera acima da municipal e o Município precisa estar preparado para a discussão de interesses locais.